



CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

**Ordem do dia**

Ponto n.º 11

**Ata n.º 10**

2020.06.18

**EPF - ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. - RELATÓRIO E CONTAS**

**DO ANO DE 2019** - Presente o ofício 018-GER/2020, de 11 de maio de 2020, acompanhado do "Relatório de Gestão e Contas - período de 2019" do EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., em anexo. -----

O Senhor Presidente exarou o seguinte despacho: "À reunião de Câmara."-----

Deliberação - A Câmara Municipal delibera aprovar o Relatório e Contas do EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., referentes ao ano de 2019 e remetê-los à Assembleia Municipal para o mesmo fim. Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e quatro votos contra dos Senhores Vereadores João Sousa, Carla Meireles, Joaquim Ribeiro e Adelina Silva.-----



*A reunião  
de Câmara  
#*

Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de  
Felgueiras

N/Ref<sup>o</sup>: 018 – GER/2020

Felgueiras, 2020 maio 11

**ASSUNTO: Prestação de Contas – Exercício de 2019**

Exmos. Senhores,

Em cumprimento dos princípios legais, apresentamos em anexo, o “Relatório de Gestão e Contas – período de 2019”, da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., que foi aprovada em Assembleia Geral da empresa no dia 14 de abril de 2020.

Com os nossos melhores cumprimentos,

 Ensino Profissional  
de Felgueiras, E.M.  
Gerência  
*Vera Loureiro*



# EPF

ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E. M.



## RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

Ano 2019



## **ÍNDICE**

### **I - Balanço do Ano 2019**

- I.1 - Relato Genérico
- I.2 - Evolução da Atividade Formativa
- I.3 - Enquadramento Económico-Financeiro
- I.4 - Principais Investimentos

### **II - Perspetivas de Evolução para o Ano 2020**

- II.1 - Projetos de Formação
- II.2 - Projetos de Investimento
- Preocupações fundamentais

### **III - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício**

### **IV - Proposta de Aplicação de Resultados**





---

## Relatório de Gestão – 2019

Exmos. Senhores,

Para cumprimento do dever de informação e conforme o disposto na alínea f) do artº 42 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais e, ainda, o cumprimento dado pelas alterações contidas na Lei nº 69/2015, de 16 de julho, apresenta-se o presente relatório relativo à análise da atividade da Entidade no decorrer do ano fiscal de 2019.

## I - Balanço do ano de 2019

### 1. Relato genérico

A empresa municipal, entidade proprietária da escola, EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., rege-se pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e pelas demais legislações aplicadas à atividade empresarial local e de participações locais.

É possível afirmar em termos globais, que apesar de todos os constrangimentos, o ano de 2019 foi - para o projeto educativo da EPF- um ano muito compensador, alcançou resultados pedagógicos extraordinários em termos de participações em concursos e projetos nacionais e internacionais, granjeando notoriedade e grande projeção pública local, regional e nacionalmente, que se destacarão de seguida.

A sua reputação, construída de forma sustentada ao longo dos anos e fortemente projetada pelos bons resultados alcançados e o sucesso do seu modelo educativo e formativo, têm permitido que a instituição mantenha razoável nível de captação de candidatos para a sua oferta formativa, e uma estreita relação e sinergia com o exterior, tendo reforçado parcerias, realçando-se a MIND - Software Multimédia e



---

## Relatório de Gestão – 2019

Industrial, SA, e formalizando outras, tais como, PRIMAVERA Business Software Solutions, S.A. e a SOFTIDEIA - Informação Automática, Lda.

Pelo que se continua a encarar com otimismo e positivismo os tempos futuros.

### 1.1 - Projetos cofinanciados

Em termos de atividade formativa, estiveram em execução os seguintes projetos, cofinanciados a 100%, pelo Programa Operacional Potencial Humano:

- Tipologia 1.2/ Cursos Profissionais  
*4 projetos, abrangendo 12 turmas/ações e 297 alunos*
- Tipologia 1.3/ Cursos de Educação-Formação de Jovens  
*1 projeto, abrangendo 1 turmas/ações e 17 alunos*
- Tipologia 2.1/ Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências  
*1 projeto de Centro Qualifica, abrangendo 522 adultos em processo RVC*
- Tipologia 4.1/ *Qualidade e Inovação no Sistema de Educação e Formação para Promoção do Sucesso Escolar - 1 projeto*

Como aspeto positivo, realça-se que o período em análise foi marcado pela regularidade e estabilidade do trabalho em curso. Os projetos educativo e formativo foram todos integralmente executados, em termos de execução física/horária.

Em termos de certificação, a EPF registou a conclusão com sucesso de 90 formandos de nível IV e 17 formandos de nível II (com um registo de 97% de sucesso); e foram inscritos 522 adultos no Centro Qualifica, dos quais 308 foram encaminhados para formação/emprego, 122 para Processo RVCC e 82 obtiveram certificação de competências.



---

## Relatório de Gestão – 2019

### 1.2- Outras Atividades

Foi mais um ano intenso de trabalho, em que a Escola conseguiu planear e cumprir um vasto e diversificado conjunto de atividades e projetos. A sua proatividade e espírito empreendedor - denominador comum de toda a comunidade escolar - traduziram-se em resultados encorajadores e elogiosos para a instituição formativa, de que nos permitimos destacar:

- **O bom nível de execução do Plano Anual de Atividades Escolares** - documento basilar na organização da atividade escolar, que reflete a sua metodologia de ensino e aprendizagem fortemente baseada em trabalho de projeto e que voltou a apostar em projetos extracurriculares de elevada qualidade, exigência e ambição. Dos excelentes resultados obtidos, destacam-se:

- Na edição 2019 da Mostra Nacional de Ciência, no 27º Concurso Jovens Cientistas, a Escola esteve representada com cinco dos 97 projetos em análise, tendo sido distinguida em diferentes categorias:

- O *Firebot*, é um robot concebido para auxiliar os bombeiros em situação de incêndio, ideia que foi distinguida com o 3º prémio, no valor de 750€, e a participação na *ISEF 2020 - International Science and Engineering Fair, USA*.

- *Invisual Help*, equipamento idealizado para assistir na marcha e deslocações de pessoas com deficiência visual; o conceito foi galardoado com a participação internacional na *Zientzia Azoka*, em Bilbao, em maio de 2020, e o 5º prémio, no valor de 400€.



---

**Relatório de Gestão – 2019**

- *Sistema modular hidropónico*, que potencia a agricultura sustentável através do controlo eletrónico de todo o processo produtivo e consequente diminuição dos recursos utilizados, projeto que foi distinguido com uma menção honrosa.

- *SOS Button*, um sistema de alerta e localização de pessoas em situação de perigo, especificamente direcionado para pessoas idosas ou com mobilidade e autonomia reduzidas.

- O *SIQ - Sistema Interativo para Quadros*, que transforma, com apenas um projetor e um computador, qualquer superfície ou quadro estático num quadro interativo.

- O projeto *Invisual Help* foi ainda defendido no *Ciência 2019 - Encontro com a Ciência e a Tecnologia em Portugal* (Centro de Congressos de Lisboa), tendo sido reconhecido como a 3ª melhor ideia de entre as apresentadas, e recebido um prémio de 1800 € para melhoramentos futuros.

- O 2º lugar no concurso "*Quem é Calouste?*" promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian com um prémio de 4000 euros (escola) e 500 euros (individual).

- 2º prémio do concurso "*Jovens Criadores - Projeto Academia Vapesol - 2019*".

- A EPF esteve entre as 10 melhores propostas do concurso dirigido a jovens talentos interessados em reinterpretar o modelo Air Max 720, da Nike.

- No Concurso Nacional Namorar Portugal, 2019, a EPF arrecadou o Prémio BmCar.

- A escola participou na Intel ISEF 2019 - a maior Feira Internacional de Ciência e Engenharia, que decorreu em Phoenix, Arizona, nos Estados Unidos, em maio de 2019.





---

## Relatório de Gestão – 2019

- Participação, com 2 veículos, na **5ª Grande Corrida de Carros Movidos a Energia Solar**, a *VS - Solar Challenge* em Sintra.
- Participação no **Festival Nacional de Robótica 2019**, realizado em Gondomar, com o **1º lugar** na categoria *Rescue* e Salvamento, Linha-Junior.
- **1º Lugar (ex-quo)** no **Concurso Intermunicipal TâmegaSousa Jovem Empreendedor**, com o projeto *BRL - Three in One*.
- Participação no **Bgreen 2019 - Ecological Film** (festival de vídeo que tem como principal objetivo sensibilizar os jovens para as questões ambientais através de spots vídeo) com projeto de vídeo selecionado para a final, num total de 450 spots oriundos de 16 países.
- **Robocup 2019 (Sydney, Austrália)** - participação na Liga Rescue Line.

### 1.3- Sistema de Qualidade

A Entidade continuou a sua aposta num ensino de qualidade, pelo que, apresentou uma candidatura ao POCH, tendo sido a mesma aprovada. Tendo como objetivo a implementação do sistema de garantia da qualidade alinhado com o EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais), de forma faseada e de acordo com orientações da ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional), visando melhorar o desempenho da escola, apostando na adoção de medidas de aprofundamento do projeto educativo.

Todos os procedimentos pedagógicos continuam a ser enquadrados no âmbito da implementação da norma ISO 9001:2015 e do Quadro de referência EQAVET- European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and





---

## **Relatório de Gestão – 2019**

Training, um quadro de referência europeu de garantia da qualidade e formação profissional.

### **1.4- Pessoal**

O corpo geral de colaboradores manteve-se estável, registando um total de 32 colaboradores internos e cerca de 17 colaboradores externos (essencialmente formadores).

No exercício de 2019 procedeu-se à atualização salarial, visto que nos anos de 2011 a 2017 (inclusive) a EPF esteve vedada de praticar qualquer ato ou decisão que implicasse o aumento da retribuição dos trabalhadores ao seu serviço. No dia 1 de janeiro de 2018 já foram permitidas valorizações e acréscimos remuneratórios resultantes das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, motivo pelo qual, os trabalhadores que preencheram os requisitos para a progressão viram a sua retribuição atualizada, com efeitos retroativos a 2018, ainda que com os limites percentuais impostos.

### **1.5- Investimentos**

Face aos atuais equipamentos existentes, procedeu-se à atualização de alguns equipamentos, com prioridade para as áreas de informática, multimédia e eletrónica. Pelo que, os investimentos efetuados ao longo deste ano prosseguiram a política de dotar a Escola de recursos, físicos e pedagógicos adequados à prossecução do objetivo de proporcionar formação de qualidade aos jovens que frequentam a EPF, tendo sempre presente a necessária adequação aos recursos financeiros disponíveis.



---

## Relatório de Gestão – 2019

### 1.6- Situação financeira/tesouraria

Em termos financeiros, manteve-se a instabilidade e dificuldades de tesouraria, o que provocou situações de incumprimento perante terceiros, e o recurso ao crédito bancário, mais concretamente, a utilização da conta corrente caucionada frequentemente.

Acrescenta-se que a não Participação Pública Nacional (15% dos subsídios), reduziu significativamente o grau de liquidez da EPF, contribuindo diretamente, para o resultado líquido do período negativo em 118.570,71€, justificado pela não compensação do rendimento na parte correspondente.

## 2 - Evolução da Atividade Formativa

Em termos globais, a atividade formativa da instituição desenvolveu-se equilibradamente:

➤ **Cursos Profissionais (Tipologia 1.2 do POCH):**

*Turmas e Cursos*

Manteve-se no ano letivo em curso, o número de turmas em funcionamento que é de 12, distribuídas por 4 cursos:

Técnico de Gestão - 3 turmas

Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria - 3 turmas

Técnico de Multimédia - 3 turmas

Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores - 3 turmas

➤ **Cursos de Educação Formação de Jovens (Tipologia 1.2 do POCH):**

*Turmas e Cursos*

Assistente Administrativo - 1 turma





---

**Relatório de Gestão – 2019**

Turma do 2º ano do CEF de Assistente Administrativo, cuja duração do curso foi de dois anos, pelo que, terminou em julho de 2019.

➤ **Centro Qualifica (Tipologia 2.1 do POCH):**

No que diz respeito à população adulta, a EPF dinamiza o Centro Qualifica que desenvolve processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, quer de nível escolar, quer profissional (com equivalência ao 6º, 9º e 12º anos de escolaridade), bem como encaminha os formandos para ofertas formativas de curta duração que complementem e adicionem mais-valia aos seus currículos.

**Quadro 1** – No decurso do ano de 2019, alcançaram-se as seguintes metas físicas (em nº de adultos):

<b>Objetivos/Execução</b>	<b>Metas Janº a dez.2019</b>	<b>Nível Básico</b>	<b>Nível Secundário</b>	<b>Profissional</b>	<b>Total</b>	<b>Taxa de Execução</b>
Inscritos	400	38	111	373	522	131%
Encaminhados	360	34	104	292	430	119%
Encaminhados para o processo RVCC	216	26	61	35	122	56%
Certificados	86	24	39	19	82	95%

No âmbito dos trabalhos do Centro Qualifica - EPF, a dinâmica continua a produzir resultados muito encorajadores, aliás, excelentes, visto que a taxa de inscritos e encaminhados ultrapassou os 100% face às metas a que nos propusemos.

Foram inscritos 522 adultos no Centro Qualifica, dos quais 308 foram encaminhados para formação/emprego, 122 para Processo RVCC e 82 obtiveram certificação de competências. Dos 82 certificados, 63 obtiveram certificação escolar, sendo que 6



---

## **Relatório de Gestão – 2019**

obtiveram também certificação Profissional - Dupla Certificação - (1 de Técnico/a de Contabilidade e 5 de Bombeiro) e 13 obtiveram a certificação Profissional (10 de Bombeiro e 3 de Técnico/a de Ação Educativa).

Em termos de encaminhamento, quer para formação em geral, quer para o processo de RVCC, há, neste capítulo, a reportar particular dificuldade em motivar potenciais candidatos ao processo de RVCC, surgindo entre outras justificações a ausência de incentivos à realização de processos RVCC, nomeadamente a não atribuição de subsídios de apoio à frequência da ação, como fator preponderante que afeta tanto o encaminhamento para RVCC, como a posterior certificação. Acrescem a estes, fatores conjunturais regionais que condicionam a adesão do público alvo em geral, e no caso particular de Felgueiras, a saber o aspeto (positivo) da elevada taxa de empregabilidade que se regista e a escassa procura por trabalhadores diferenciados. Estes aspetos foram apresentados em sede de reunião das estruturas de CQ da CIM Tâmega e Sousa, tendo por interlocutores representantes da própria CIM e da ANQEP, que teve lugar a 26 de junho de 2019.

A estrutura continua a trabalhar, aproveitando sinergias com instituições locais e regionais, fazendo da itinerância um fator extra da sua atratividade, e levando oportunidades de qualificação mais próximo de eventuais interessados, o que permitiu atingir ótimos níveis de concretização em 2019.

## **3 - Enquadramento Económico-Financeiro**

### ***3.1 - Reembolsos***

Tendo em conta a origem da oferta formativa ministrada no exercício, manteve-se o contexto de exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH) e da Receita Pública Nacional (Entidade Proprietária).

Assim, em termos de situação aferida a 31 de dezembro de 2019, da formação cofinanciada, a situação de ressarcimento/reembolso era a seguinte:



## Relatório de Gestão – 2019

**Quadro 2 - Ponto de situação de reembolsos por receber**

Projetos/Montante Aprovado		Valores a Receber
POCH 1.6 - C. Profissionais - 2016/2019 - Proj. nº 1120	2.863.535,18 €	125.768,84 €
POCH 1.6 - C. Profissionais - 2017/2020 - Proj. nº 1667	1.444.133,54 €	475.666,53 €
POCH 1.6 - C. Profissionais - 2018/2020 - Proj. nº 2131	1.024.555,37 €	494.257,16 €
POCH 1.6 - C. Profissionais - 2019/2020 - Proj. nº 2579	469.897,45 €	387.325,68 €
POCH 1.3 - C. Educação-Formação-2017/2019 - Proj. 1088	160.562,48 €	-13.646,31 €
Centro Qualifica 2017/2018 - Projeto nº 282	167.554,74 €	69.968,03 €
Centro Qualifica 2018/2020 - Projeto nº 726	215.424,00 €	184.654,07 €
POCH 3.1 - CQEP 2015/2016 - Projeto nº 110	98.633,27 €	*-36.460,26 €
POCH 4.1 - EQAVET - Projeto nº 393	19.755,00 €	11.643,83 €
<b>SITUAÇÃO FINAL</b>	<b>6.248.627,03 €</b>	<b>1.699.177,57 €</b>
<b>Reembolsos a Favor da EPF</b>		

### 3.2 - Análise de Gastos e Rendimentos

Relativamente à matriz de custos do período, mantém-se a filosofia de um controlo assertivo dos custos, visando um constante e consistente equilíbrio financeiro que permita o funcionamento adequado da entidade no respeito pelos recursos financeiros que tem à sua disposição.

Na constituição da estrutura de custos continua a confirmar-se um forte peso da conta "Fornecimentos e Serviços Externos", cujo total era:

Em 2019: 542.045,28€

Em 2018: 521.025,28€

**Relatório de Gestão – 2019**
**Quadro 3 - Mapa de Análise Comparativa de Rubricas/ Custos mais relevantes**

Contas	Exercícios		Variação %
	2019	2018	
Alimentação - Formandos	179.881,85€	183.985,10€	-2,23%
Transporte - Formandos	124.660,10€	118.776,92€	4,95%
Honorários	96.553,21€	87.902,84€	9,84%
Trabalhos Especializados	34.826,09€	40.423,51€	-13,85%
Materiais Pedagógicos para os diferentes cursos	17.826,81€	11.312,19€	+57,58%

Da análise do quadro anterior, ressaltam poucas variações significativas, apesar disso, ressalva-se a rubrica Materiais Pedagógicos, a qual aumentou, resultado do grande envolvimento e participações em concursos, a nível nacional e internacional, conforme referido anteriormente, e que correspondesse às necessidades da formação e à manutenção do seu nível de qualidade. No que se refere aos valores dos trabalhos especializados, em 2019 foram inferiores, visto que, os gastos incorridos nos exercícios anteriores foram exceccionalmente elevados devido a exigências atípicas.

No que concerne à rubrica honorários, a variação positiva deve-se essencialmente, ao aumento do trabalho e volume de formação do Centro Qualifica.

Também muito relevante, dado o peso significativo na atual estrutura de custos, os Gastos com Pessoal, cujo total ascendeu a:

Em 2019: 769.435,50€

Em 2018: 781.453,47€

### **3.3 - Execução Orçamental**

#### **3.3.1 - Rendimentos**

A execução dos rendimentos e gastos apresentados contemplam os orçamentos previsionais e as contas de exploração, ou seja, os rendimentos e gastos reconhecidos contabilisticamente e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto Lei nº 158/2009, de 13 de julho.

Não tendo sido concretizada a comparticipação pública nacional, por parte da entidade proprietária no exercício económico de 2019, as suas rubricas foram afetadas no não cumprimento total do rendimento face ao que tinha sido apresentado em orçamento no correspondente, pelo menos, ao valor da comparticipação pública nacional (15%), cujo montante previsto foi de no valor de 209.576,72€.

Para o ano de 2019 a execução de rendimento foi assegurada pela cobertura financeira dos anos letivos 2018/2019 e 2019/2020, materializada pela aprovação das candidaturas financeiras que foram realizadas ao POCH/FSE nas diversas tipologias 1.6 - Cursos Profissionais de nível IV, Tipologia 1.3 - Cursos de Educação-Formação de Jovens, Tipologia 2.1 - Centro Qualifica; e a candidatura apresentada e não prevista no orçamento de 2019, Tipologia 4.1 - Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar.



## Relatório de Gestão – 2019

### Quadro 4 - Execução dos Rendimentos

Descrição	Orçamento de Exploração 2019			Resultado Exploração	Taxa de Execução	Desvios Ano	
	Janeiro a Agosto	Setembro a Dezembro	Total			em valor	em %
Total de Rendimentos	957.40100 €	468.542,00 €	1.425.943,00 €	1.284.111,98 €	90,05%	-141.831,02 €	-9,95%
Subsídios à Exploração	948.372,00 €	464.027,00 €	1.412.399,00 €	1.264.477,85€	90%	-147.921,15 €	-10%
POCH - Cursos Profissionais	850.498,00 €	399.824,00 €	1.250.321,00 €	1 154.630,22 €	92%	-95.690,78 €	8%
POCH - Curso Educação e Formação	44.681,00 €	22.340,00 €	67.021,00 €	20.841,17 €	31%	-46.179,83 €	-69%
POCH - Centro Qualifica	53.194,00 €	41.863,00 €	95.057,00 €	81.104,46 €	85%	-13.952,54 €	-15%
EQAVET - Qualidade				7.902,00 €	100%	7.902,00 €	100%
Outros Rendim. e Ganhos	9.029,00 €	4.515,00€	13.544,00 €	19.634,13 €	145%	6.090,13 €	45%
Rendimentos Suplementares e O. Rendim.	9.029,00 €	4.515,00 €	13.544,00 €	19.634,13 €	145%	6.090,13 €	45%

Ao nível dos rendimentos a rubrica com maior expressão é a de Subsídios à Exploração, estando a sua execução maioritariamente centrada nos Cursos Profissionais.

As execuções dos subsídios refletem o não reconhecimento do rédito da parte não participada dos 15% da Participação Pública Nacional, pelo que em termos de execução o comportamento do valor de exploração ficou aquém do orçamentado.

A candidatura Tipologia 4.1 - Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar não tinha sido contemplada no orçamento de 2019, foi apresentada/aprovada (maio/2019 a outubro/2020), por isso executada de maio a dezembro de 2019.





---

## *Relatório de Gestão – 2019*

Com menor cumprimento o Curso Educação e Formação, visto que se previa a abertura de um novo curso/turma em 2019, mas não foi aprovada, não tendo por isso sido executada.

No que respeita à rubrica Outros Rendimentos Suplementares, esta superou largamente o valor orçamentado, visto que contemplou valores de rendimentos que não tinham sido previstos, mais concretamente prémios monetários ganhos na participação dos concursos num total de 5.350€, dos quais, 4.000€ do concurso “Quem é Calouste” e 950€ do Concurso Jovens Cientistas - “Ciência Viva”.

### **3.3.2 - Gastos**

O cumprimento do orçamento de gastos teve por base a coerência e gestão rigorosa dos gastos estritamente necessários para alcançar os objetivos propostos, como sejam remunerações e encargos com pessoal interno, honorários, trabalhos especializados, deslocações e transportes e alimentação dos formandos, serviços de comunicação, materiais pedagógicos e de escritório, despesas gerais de funcionamento, juros e outros.



---

## **Relatório de Gestão – 2019**

permitiram uma melhoria das instalações e conseqüentemente melhores condições de trabalho.

Na rubrica Gastos com o Pessoal foi atingida a taxa de execução de 99%. Inclui a atualização salarial reportada a janeiro de 2018, como já referido anteriormente.

O desvio das depreciações foi resultado da taxa efetivamente aplicada às depreciações dos monoblocos, tendo em consideração a vida útil esperada, pelo que foi utilizada a taxa máxima com aplicação de quotas constantes, e não a taxa considerada aquando da elaboração do orçamento (taxa mínima conforme disposto no Dec. Reg. nº 25/2009 de 14 de setembro).

Na rubrica Outros Gastos e Perdas tem o seu desvio justificado pelo reconhecimento de gastos de exercícios anteriores no valor de 11.882,96€, relativos a 2016.

Relativamente aos Gastos e Perdas de Financiamento, foi considerada no orçamento de 2019 a contratação de um empréstimo bancário a médio e longo prazo, tal não se verificou, pelo que, os gastos suportados são resultado do recurso à conta corrente/ caucionada de curto prazo, e só quando, estritamente necessário e esgotado o crédito de fornecedores.

Apresenta-se para uma análise mais detalhada as sub-rubricas em termos analíticos, no final do documento conjuntamente com as restantes demonstrações financeiras deste relatório.



## I.4 Principais Investimentos

Neste domínio, há a referir que do investimento total efetuado no ano civil ascendeu a 20.000€, dos quais 78% destinaram-se à renovação de um Laboratório de Informática.

## II - Perspetivas de Evolução

Mantendo a missão, visão e cultura da Escola Profissional de Felgueiras, continuaremos a apostar na formação dos jovens preparando-os para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança, proporcionando-lhes as condições necessárias ao desenvolvimento de sólidas competências técnicas e sociais.

Continua a ser o propósito fundamental da EPF, para além do reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade e do ensino profissionalizante, continuar a ser uma referência na promoção do sucesso educativo, no combate ao abandono escolar e preparar para o mundo das empresas e do mercado de trabalho, e também para a vida.

Espera-se que a cobertura financeira para o próximo ano seja assegurada com as condições e a contratualização de resultados assumidos no POCH/FSE, através dos subsídios atribuídos aos cursos (a custos unitários) e do reembolso de encargos com formandos (a custos reais), e, ainda, através dos subsídios da entidade pública detentora da maioria do capital materializados num contrato programa.



## II.1 Projetos de Formação

Em consonância com o que atrás foi referido, as opções estratégicas da entidade mantêm-se, essencialmente, em torno de duas áreas de intervenção formativa.

O plano de intervenção a executar para o ano de 2021 será marcado pela estabilização e consolidação do espaço de referência formativa estratégica assumida pela instituição, em torno dos 2 eixos de ação nucleares, que detém:

Eixo 1 - Qualificação Inicial

Eixo 2 - Aprendizagem ao Longo da Vida

Dado tratar-se de um estabelecimento de ensino tutelado, inserido na rede nacional de ensino, tem autonomia para ministrar todas as áreas de formação que entenda; contudo privilegiará as áreas de formação em que detém maiores recursos e experiência, e que melhor se ajustam ao mercado de trabalho da região: Gestão e Administração; Calçado; Eletrónica e Multimédia.

A oferta formativa da entidade manter-se-á dentro das mesmas tipologias formativas do passado:

- 12 ações de cursos profissionais;
- 1 ação do curso de educação-formação de jovens;
- Manutenção do Centro Qualifica

## II.2 Projetos de Investimento

Face à oferta formativa da EPF, abrangente em termos de público, exige a continuação de um esforço de investimento, oportuno, seletivo e faseado em novos recursos técnicos e materiais, quer em termos de equipamentos da área formativa, quer da área administrativa e de apoio.





---

## **Relatório de Gestão – 2019**

Deste modo e respeitando a filosofia estratégica que tem vindo a definir, a Escola manterá o princípio de investimento regular na atualização e reforço de equipamentos. Igualmente se manterá nesta matéria, o princípio do estabelecimento de prioridades face à limitação dos recursos financeiros disponíveis, sendo que se consideram sempre prioritários os investimentos em recursos técnicos diretamente afetos à área formativa.

É premente o cumprimento do Plano de Segurança da EPF, e muito concretamente no âmbito das Medidas de Autoproteção de segurança contra incêndio, pelo que está prevista a aquisição e montagem dos equipamentos relativos ao Sistema automático de deteção de incêndio (obrigatório) e outros requisitos e equipamentos, cujo valor estimado atinge os 23.748,84€.

Investimentos relativos à reabilitação e conservação das infraestruturas escolares, que representam crescente grau de degradação, são igualmente prioritários. Contudo, face às limitações financeiras, as obras de reparação dos edifícios apenas poderão ser realizadas com o apoio da entidade proprietária das instalações, tais como a pavimentação circundante do bloco pedagógico 2 e reparação/substituição dos telhados.

## **Preocupações fundamentais**

- A contínua necessidade de reforçar espaços e equipamentos escolares. Foram realizadas obras de beneficiação e melhoramento e, conseqüente rentabilização de instalações até então inativas.
- Novo Quadro Comunitário de Apoio - apesar de se prever uma transição suave para o Portugal 2030, e a Educação ser uma das suas prioridades continuando com o trabalho que tem sido desenvolvido no combate ao abandono escolar e aposta na





---

**Relatório de Gestão – 2019**

formação profissional de jovens e adultos; não deixa de ser preocupante para a EPF o início do próximo ano letivo, na sequência dos habituais atrasos aquando da mudança de Quadros Comunitários, no que se refere à aprovação e financiamento de novas candidaturas para o ano letivo 2020/2021, visto que à data só está aprovado o financiamento até 31/08/2020 para todos os projetos dos cursos profissionais, e até 31/12/2020 para o Centro Qualifica. Contudo, prevê-se a continuidade do financiamento dos projetos ora aprovados, e das próximas candidaturas.

**- A crescente taxa de desistência dos alunos.**

Este indicador está dependente de fatores internos e externos à instituição, sendo de difícil controlo e sujeito a oscilações acentuadas de ano para ano. De facto, o corpo discente da EPF é constituído, numa maioria esmagadora, por formandos que lutaram no seu percurso, até à conclusão do 3º ciclo, com dificuldades de adaptação e de sucesso. Tal facto leva a que, por um lado, tenham maior resistência à escola e, por outro, facilmente cedam à possibilidade de ingressar no mercado de trabalho assim que completam 18 anos, ou até alguns meses antes, conscientes de que não haverá tempo para que o sistema de proteção de menores acione os mecanismos de acompanhamento. O mercado de trabalho, por sua vez, nomeadamente a indústria de calçado, recebe de braços abertos trabalhadores jovens não qualificados, não havendo dificuldade em encontrar colocação, não raras vezes, nas empresas onde trabalham os encarregados de educação. Para se compreender melhor este cenário, basta analisar a percentagem de alunos que terminou o ciclo de formação em 2018/2019 com mais de 18 anos, número que se situa em 84%, sendo que destes 48% tinham 19 ou mais anos.

É neste enquadramento que se deve analisar o presente indicador e o facto de, no período em análise, o mesmo não ter sido atingido, já que se registou uma média de 14% de desistência. Ainda assim, e perante o atrás expresso, resulta claro que a



---

**Relatório de Gestão – 2019**

escola tem uma capacidade de atração e retenção de alunos verdadeiramente assinalável, para isso contribuindo, entre outros fatores:

- a solidez e empenho do corpo docente, nomeadamente, dos professores internos que ocupam os cargos de direção de turma e coordenação e, por esta via, conseguem manter junto dos formandos um acompanhamento de proximidade, quer em termos pedagógicos, quer em termos pessoais, que maximizam a permanência;
- a atuação do Serviço de Psicologia junto dos formandos mais vulneráveis, através de acompanhamento individual, com sessões semanais de acompanhamento e orientação, bem como intervenções junto do grupo-turma com o intuito de reforçar os níveis de compromisso e empenho;
- organização de planos de acompanhamento e adequação de objetivos para os alunos que apresentam mais dificuldades;
- ênfase na realização de atividades paralelas às de contexto sala de aula, e que se enquadram no nosso plano anual, com grande enfoque na aplicação prática de conhecimentos, no trabalho em equipa, na interação com pessoas e entidades externas à escola;
- investimento na aquisição de equipamentos que permitem a realização de sessões práticas, em que todos os formandos podem realizar atividades e projetos que mais se aproximam das suas aspirações;

É neste enquadramento, e perante a existência de múltiplos fatores com origem diversa, que se devem encarar estes resultados, sublinhando que os resultados alcançados, perante a população-alvo da instituição, constituem-se como uma mais-valia social importantíssima e estão marcadamente abaixo da média nacional (cerca de 43% nos cursos profissionais e tecnológicos relativos a 2018, dados da DGEEC).



## III - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Face à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19 que assolou o nosso país e concretamente o nosso concelho, todas as escolas de Felgueiras foram encerradas por despacho da Direção Geral da Saúde, a partir do dia 09 de março de 2020 e até 13 de abril, acabando por ser declarado estado de emergência nacional a 18-03-2020.

O Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19, estipula no número 1 do artigo 9.º, que ficam suspensas as atividades letivas e não letivas e formativas com presença de estudantes em estabelecimentos de ensino públicos, particulares e cooperativos.

Consequentemente, e de forma realista, temos de ter a noção de que não será uma suspensão de aulas por apenas três semanas, a que se seguirão as férias da Páscoa e depois tudo volta à normalidade. É incerto o momento da retoma da formação presencial e conclusão deste ano letivo e respetiva certificação dos alunos do 3º ano. Ora, a escola teve de imediato, que se dotar de um conjunto de recursos e operacionalização de metodologias de formação à distância, que permitem dar continuidade aos processos de ensino e aprendizagem.

Implementaram-se mudanças/ações de extrema importância e com consequências a curto e médio prazo:

- a. Adoção de medidas de substituição das aulas presenciais por formação à distância;
- b. Os docentes e os formandos devem adaptar-se a esta nova situação que, muito provavelmente, vai prolongar-se no tempo;





---

## Relatório de Gestão – 2019

- c. Os documentos de suporte das atividades letivas que seriam distribuídos aos alunos em sala de aula, estão a ser remetidos aos alunos e colocados nas plataformas;
- d. As formações de natureza mais prática passarão a ser desenvolvidas com recurso a tutoriais e outras formas de veiculação de informação;
- e. Não estão reunidas as condições para a Formação em Contexto de Trabalho, que faz parte do currículo e cujos alunos do terceiro ano estavam prestes a entrarem nas empresas de acolhimento,

Apesar de todas as incertezas e consequências negativas desta pandemia, não se põe em causa a continuidade da Escola, nem o cancelamento das atividades letivas. Pelo que não se espera redução da rendibilidade, apenas ajustamentos ao orçamento de 2020, em termos de despesa e subsídios, na sequência de despesas com formandos - rubrica 1 - Despesas com os formandos - alimentação e transportes, visto que o reembolso desses encargos é a custos reais.

## IV - Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos dos artigos 65 e 66 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte Aplicação de Resultados:

1 - Dos resultados do exercício que apresentam um saldo negativo, no valor de 118.570,71€ (cento e dezoito mil quinhentos e setenta euros e setenta e um cêntimos), propomos a seguinte aplicação:

- 1.1 118.570,71 € (cento e dezoito mil quinhentos e setenta euros e setenta e um cêntimos) para Resultados Transitados.



## NOTA FINAL

Em sede de encerramento deste exercício, a gerência aproveita a oportunidade para renovar o seu agradecimento à Câmara Municipal de Felgueiras, pela confiança depositada no seu trabalho, agradecimento que estende igualmente a todos os Colaboradores, Fornecedores, Instituições Financeiras, Revisores Oficiais de Contas e demais entidades que participaram ativa e positivamente no nosso desempenho ao longo deste ano, agora terminado.

Felgueiras, 19 de março de 2020

A Gerência,



Escola Profissional  
de Felgueiras

M  
4

**ANEXO**

**REFERENTE AO PERIODO DE 2019**

## **NOTA INTRODUTÓRIA**

O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 986/2009, de 7 de Dezembro – Série I – n.º 173.

A leitura deste documento é complementar às seguintes peças contabilísticas anexas a este documento:

1. Balanço
2. Demonstração de Resultados
3. Mapa das alterações de Capital Próprio
4. Fluxos de Caixa

## **NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A EPF – Ensino Profissional Felgueiras, EM é uma sociedade por quotas, constituída a 30/07/1999, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, 4610-165 Felgueiras, e tem como actividade principal a de ministrar cursos profissionais e cursos de natureza profissionalizante, de acordo com o regime estabelecido pelo D.L. n.º 92/2014, de 20 de Junho.

O capital social é representado por 2 quotas, uma com valor nominal de 372.240,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823, e outra quota no valor nominal de 3.760,00 Euros pertencente a Srª Paula Cristina Moreira Marques Dantas, nif 186 822 162. O capital social encontra-se realizado na totalidade.

## **NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

## **NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

#### 3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

A mensuração e a apresentação das demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

Não obstante o aparecimento da pandemia COVID-19, o pressuposto da continuidade das operações da Entidade, utilizado na preparação destas demonstrações financeiras, mantém-se apropriado, conforme referido na nota 23 – Outras informações relevantes deste anexo.

#### 3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

#### 3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

#### 3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções considerando-se que as mesmas reflectem todas as questões materialmente relevantes do decurso da actividade da empresa.

#### 3.1.5. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

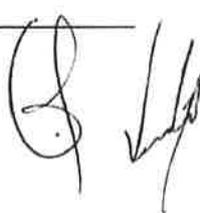
### 3.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

#### 3.2.1.– ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. No exercício em análise e por força da mudança das instalações da Escola, registou a rubrica de Ativos tangíveis um acréscimo acentuado, fruto a instalação de novas salas de aula.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método "da linha reta", em conformidade com o período de vida útil



estimado para cada grupo de bens e de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 setembro de 2009.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	5-16
Equipamento básico	2-6
Equipamento de transporte	3-5
Equipamento administrativo	3-6
Outros Activos Fixos Tangíveis	3-8

As taxas de amortização utilizadas, foram as previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 setembro de 2009.

### 3.2.2.- ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

### 3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa, corrigido de acordo com o quadro 07 da MOD 22 e englobando respectivas tributações autónomas.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

### 3.2.4. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.

### 3.2.5. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
  - É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
  - Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- Os proveitos relativos a prestações de serviços são reconhecidos líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

### 3.2.6. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem; Especificamente nesta empresa, os subsídios recebidos pelo POPH, são reconhecidos como rendimento na medida da compensação directa de custos quando os mesmos são directamente alocados e através de duodécimos sempre que estes se destinam à compensação de custos gerais (nomeadamente pessoal, docente e não docente) e restantes custos de laboração da empresa.

Relativamente ao financiamento dos cursos profissionais e de natureza profissionalizante ministrados pela EPF, manteve-se o contexto de exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH) e da Receita Pública.

A partir de 2017, por força do Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à Portaria n.º 60 -C/2015, de 2 de março, (alterado pelas Portarias n.ºs 181 -A/2015, de 19 de junho, 190 -A/2015, de 26 de junho, 148/2016, de 23 de maio, 311/2016, de 12 de dezembro, e 2/2018, de 2 de janeiro, e n.º 159/2019 de 23 de maio,) Regulamento esse previsto nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o financiamento destes cursos, quando ministrados por empresas municipais, como a EPF, passaram a ser financiados a 85% pelo FSE e os restantes 15%, ou seja, a denominada "contribuição pública nacional", passou a ser suportada pela própria empresa municipal, como se prevê no artº 3º nº 3 deste Regulamento Específico.

Sendo exigência legal que seja a EPF a suportar os 15% do financiamento previsto nas candidaturas aos apoios financeiros junto do POCH para os cursos que ministra, relativamente ao ano civil de 2019, dada a sua natureza de EM e não tendo meios próprios para tal, caberia ao Município, nos termos do disposto nos artºs 40º nº 1 e 47º nº 2 da Lei nº 50/2012, de 31/8, atribuir à EPF um novo subsídio à exploração no valor desses 15%, mediante a celebração de um novo Contrato Programa relativo ao corrente ano, o que não aconteceu, pelo que se prevê a cobertura de prejuízos, nos termos da lei acima referida.

### 3.2.7. – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Não foi constituída qualquer provisão, nomeadamente provisões para processos judiciais em curso, uma vez que não existe qualquer processo, de acordo com informação disponibilizada pela gerência e respectiva circularização com o advogado.

### 3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

### 3.2.9. – CLIENTES E DIVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

### 3.2.10. – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

### 3.2.11. – OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.11. – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS



Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados pelo custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

### 3.2.12. – JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o exercício de 2019, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, sendo preparado e apresentado as demonstrações financeiras do exercício findo, sob a óptica do princípio da continuidade.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Activos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

### 3.2.13. – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.2.14. – ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

## **NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.**

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2019 foram efetuados correções de erros de cálculos e contabilização de depreciações acumuladas, sendo a correção de pouca relevância foram as mesmas refletidas na conta 6881 (correções de exercício anteriores) no valor 878,88€.



Cf Mapa	Valor contablistico	Amort. Exercício	Amort. Acumuladas
Edifícios e outras construções	406.286,21	28.870,15	166.246,20
Equipamento básico	662.964,61	1.776,39	640.618,89
Equipamento de transporte	60.959,51	72,44	60.398,05
Equipamento administrativo	51.648,09	461,14	47.959,13
Outros activos fixos tangíveis	80.602,42	505,48	72.937,27
Activos intangíveis	4.327,14	360,45	2.163,35
<b>Total</b>	<b>1.266.787,98</b>	<b>32.046,05</b>	<b>990.322,89</b>

CTB	#43	#64	#438
Edifícios e outras construções	406.286,21	28.870,15	158.160,07
Equipamento básico	660.539,17	1.776,39	648.185,74
Equipamento de transporte	60.959,51	72,44	60.398,14
Equipamento administrativo	52.545,12	461,14	48.227,37
Outros activos fixos tangíveis	83.013,81	505,48	73.192,32
Activos intangíveis	6.049,21	360,45	2.163,35
<b>Total</b>	<b>1.269.393,03</b>	<b>32.046,05</b>	<b>990.326,99</b>

Dif#s			
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	8.086,13
Equipamento básico	2.425,44	0,00	-7.566,85
Equipamento de transporte	0,00	0,00	-0,09
Equipamento administrativo	-897,03	0,00	-268,24
Outros activos fixos tangíveis	-2.411,39	0,00	-255,05
Activos intangíveis	-1.722,07	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>-2.605,05</b>	<b>0,00</b>	<b>-4,10</b>

Foram registados os seguintes movimentos:

Débito

Conta 43317 – 2425,44€

Conta 43813 – 7566,85€

Conta 43814 – 0,09€

Conta 43815 – 268,24€

Conta 43817 – 255,05€

Conta 6881 – 878,88€

Crédito

Conta 43517 – 897,03€

Conta 43717 – 2411,39€

Conta 43812 – 8086,13€

## NOTA 5. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário e de outros financiamentos de curto prazo, e detalha-se como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Numerário	358,41	721,78
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6.413,49	9.157,74
Aplicações de tesouraria		
	<u>6.771,90</u>	<u>9.879,52</u>

## NOTA 6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	<u>31/12/2019</u>					
	Despesas de instalação	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
<b>Activo Bruto</b>						
Saldo inicial					4.327,14	4.327,14
Ajustamentos de conversão						
Aquisições						
Alienações						
Saldo final					4.327,14	4.327,14
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial					1.802,90	1.802,90
Ajustamentos de conversão					720,90	720,90
Amortizações do exercício					2.523,80	2.523,80
Saldo final					2.523,80	2.523,80
<b>Activos líquidos</b>					1.803,34	1.803,34

	<u>31/12/2018</u>					
	Despesas de instalação	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Total
<b>Activo Bruto</b>						
Saldo inicial					4.327,14	4.327,14
Ajustamentos de conversão						
Aquisições						
Alienações						
Saldo final					4.327,14	4.327,14
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>						
Saldo inicial					1.082,00	1.082,00
Ajustamentos de conversão					720,99	720,99
Amortizações do exercício					1.802,90	1.802,90
Saldo final					2.524,24	2.524,24
<b>Activos líquidos</b>					2.524,24	2.524,24

## NOTA 7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

		31/12/2019						Total
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso
<b>Activo Bruto</b>								
Saldo inicial		406.286,21	660.085,47	60.959,51		52.545,12	80.784,19	1.260.660,50
Aquisições			15.496,60				2.362,85	17.859,45
Alienações						-897,03	-2.544,63	-1.016,22
Transferências			2.425,44					
Saldo final		406.286,21	678.007,51	60.959,51		51.648,09	80.602,42	1.277.503,74
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial		129.289,92	646.409,35	60.325,70		47.766,23	72.820,07	956.611,27
Depreciações do exercício		57.735,95	3.766,44	144,87		922,28	1.065,17	63.634,71
Regularizações		8.086,13	-7.566,85	-0,09		-268,24	-388,28	-137,33
Saldo final		195.112,00	642.608,94	60.470,48		48.420,27	73.496,96	1.020.108,65
<b>Activos líquidos</b>		<b>211.174,21</b>	<b>35.398,57</b>	<b>489,03</b>		<b>3.227,82</b>	<b>7.105,46</b>	<b>257.395,09</b>

		31/12/2018						Total
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso
<b>Activo Bruto</b>								
Saldo inicial		439.654,08	700.127,60	62.785,15		59.834,65	97.072,13	1.359.473,61
Aquisições			1.051,65			1.241,44	190,00	2.483,09
Alienações		33.367,87	41.093,78	1.825,64		8.530,97	16.477,94	101.296,20
Saldo final		406.286,21	660.085,47	60.959,51		52.545,12	80.784,19	1.260.660,50
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial		103.723,33	684.005,09	62.006,47		55.223,67	87.406,11	992.364,67
Depreciações do exercício		58.934,46	3.498,04	144,87		1.073,53	1.891,90	65.542,80
Regularizações		33.367,87	41.093,78	1.825,64		8.530,97	16.477,94	101.296,20
Saldo final		129.289,92	646.409,35	60.325,70		47.766,23	72.820,07	956.611,27
<b>Activos líquidos</b>		<b>276.996,29</b>	<b>13.676,12</b>	<b>633,81</b>		<b>4.778,89</b>	<b>7.964,12</b>	<b>304.049,23</b>

## NOTA 8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos investimentos financeiros, foi o seguinte:

31/12/2019							
	Invest Subsidiárias	Invest. Associadas	Invest. Ent. Control.	Invest. Outras Emp.	Out. Investim. Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial					553,27		553,27
Aquisições					424,10		424,10
Alienações							
Transferências e abates							
Saldo final				0,00	977,37		977,37

31/12/2018							
	Invest Subsidiárias	Invest. Associadas	Invest. Ent. Control.	Invest. Outras Emp.	Out. Investim. Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial					208,50		208,50
Aquisições					344,77		344,77
Alienações							50,00
Saldo final				0,00	553,27		553,27

## NOTA 9. INVENTARIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, os inventários da empresa detalham-se conforme se segue:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	2.187,59		2.187,59	412,40		412,40
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Outras regularizações						
	2.187,59		2.187,59	412,40		412,40

### **Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é detalhado conforme segue:

	31/12/2019		Total
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Saldo inicial	412,40		412,40
Compras	9.192,63		9.192,63
Regularizações	-194,30		-194,30
Saldo final	2.187,59		2.187,59
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7.223,14		7.223,14

	31/12/2018		Total
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Saldo inicial	775,66		775,66
Compras	8.993,69		8.993,69
Regularizações	-111,60		-111,60
Saldo final	412,40		412,40
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.245,35		9.245,35

## NOTA 10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Em 31 de dezembro de 2019 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

Subsídio	31/12/2019					
	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rébito	CPN	Montante por utilizar
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2016/2019 - 1120	2.863.535,18	2.068.904,16	125.768,84	290.896,49	0,00	0,00
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2017/2020 - 1667	1.444.133,54	880.847,89	475.666,53	367.258,68	0,00	421.699,87
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2018/2020 – 2131	1.024.555,37	465.344,81	494.257,16	368.069,24	0,00	441.824,43
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2019/2020 – 2579	469.897,45	50.911,92	387.325,68	128.405,81	0,00	318.831,79
CEF 2017/2019 - 1088	160.562,48	103.419,75	-13.646,31	20.481,17	0,00	0,00
CQEP - 110	98.633,27	64.111,62	-36.460,26	0,00	0,00	0,00
Qualifica 2017/2018 - 282	167.554,74	42.726,46	69.968,03	0,00	0,00	72.662,32
Qualifica 2018/2020 - 726	215.424,00	15.259,20	184.654,07	81.104,46	0,00	112.019,13
EQAVET	19.755,00	6.716,70	11.643,83	7.902,00	0,00	10.458,53
	<b>6.646.051,03</b>	<b>3.698.242,51</b>	<b>1.699.177,57</b>	<b>1.264.477,84</b>	<b>0,00</b>	<b>1.377.496,07</b>

Relativamente ao projeto CQEP 110 mantém-se a obrigação da escola devolver 36.460,26€ verba transferida em excesso em 2017, na sequência de despesa não aceite.

Quanto ao projeto CEF 1088 foi recebido um valor superior a título de adiantamento, pelo que em sede de saldo final a EPF terá de devolver 13.646,31€, durante o exercício foi desreconhecido o valor de 38.350,82€ verba não executada

O projeto CP 1120 foi alvo no exercício de 2019 de uma correção financeira de 56.757,76€ correspondente a despesas não elegíveis de exercícios anteriores mas que à data em que as despesas foram executadas foi impossível saber que as mesmas não eram aceites. Tendo sido desreconhecido o valor 222.904,54€ referente a verba não executada.

Em 31 de dezembro de 2018 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

Subsídio	31/12/2018					
	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rédito	CPN	Montante por utilizar
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2016/2019 - 1120	2.863.535,18	1.925.350,59	602.225,09	730.650,12	107.883,70	623.799,17
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2017/2020 - 1667	1.444.133,54	453.278,94	902.299,90	433.017,51	65.745,94	853.768,92
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2018/2020 - 2131	1.024.555,37	71.450,47	930.648,65	149.708,30	22.456,25	874.847,07
Cursos Vocacionais 2015/2016 - 405	174.489,06	113.417,89	18.536,22	0,00	0,00	0,00
Cursos Vocacionais 2016/2017 - 753	121.376,47	36.924,99	57.784,78	0,00	0,00	0,00
CEF 2017/2019 - 1088	160.562,48	65.367,11	83.030,85	61.846,96	9.013,34	79.465,69
CQEP - 110	98.633,27	64.111,62	-36.460,26	0,00	0,00	0,00
Qualifica 2017/2018 - 282	167.554,74	42.726,46	110.594,42	41.817,58	5.660,80	72.662,32
Qualifica 2018/2020 - 726	215.424,00	0,00	214.225,82	7.987,85	1.198,18	207.436,15
	<b>6.270.264,11</b>	<b>2.772.628,07</b>	<b>2.882.885,47</b>	<b>1.425.028,32</b>	<b>211.958,21</b>	<b>2.711.979,32</b>

## **NOTA 11. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS**

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 21,00%.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2019 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes de impostos	-117.374,84	51.203,67
Correções relativas a períodos anteriores	12.761,83	0,00
Multas, coimas e demais penalidades por incumprimentos	197,48	342,18
Insuficiência de estimativa impostos	177,71	33,41
Lucro tributável	-104.237,82	51.579,26
Prejuízos dedutíveis		36.105,48
Matéria coletável	0,00	15.473,78
Taxa nominal de imposto	21%	21%
	0,00	3.249,50
<b>Imposto esperado</b>		
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais		
Mais valias contabilísticas		
Mais valias fiscais		
Prejuízos fiscais dedutíveis		
Provisões não consideradas para efeitos fiscais		
Perdas e reversões por imparidade		
Outras situações, líquidas		
Diferenças temporárias		
Mais valias contabilísticas		
Provisões não consideradas para cálculo dos impostos diferidos		
Perdas e reversões por imparidade		
Depreciações não aceites como custo fiscal		
Desreconhecimento de inventários		
Outras situações, líquidas		
Ajustamentos à coleta – tributação autónoma	1.195,87	338,07
Ajustamentos à coleta – derrama		773,69
Ajustamentos de conversão		
Outros efeitos		
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	<b>1.195,87</b>	<b>4.361,26</b>
Taxa efectiva de imposto		
Imposto corrente	1.195,87	4.361,26
Imposto diferido gerado no exercício	0,00	0,00
	<b>1.195,87</b>	<b>4.361,26</b>

## Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2016 a 2019 podem ser sujeitas a revisão.

Entende-se que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

## NOTA 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

### **Categorias de instrumentos financeiros**

As categorias de activos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 são detalhadas conforme se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>ACTIVOS FINANCEIROS</b>		
Outros créditos a receber	1.750.601,10	2.947.896,68
Clientes	0,00	0,00
	<u>1.750.601,10</u>	<u>2.947.896,68</u>
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores	45.808,09	67.549,44
Financiamentos Obtidos	270.000,00	69.000,00
Outras dívidas a pagar	226.715,61	149.499,40
	<u>544.245,77</u>	<u>286.048,84</u>

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua actividade, dos quais merecem destaque:

- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A gerência e o departamento financeiro asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria e da gestão do risco de contraparte da empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

### **Risco de crédito**

O risco de crédito era muito reduzido visto que as receitas advêm quase exclusivamente de Fundos Comunitários e Públicos.

Em 31 de dezembro de 2019, é convicção que as perdas por imparidade estimadas em outros créditos a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

### **Risco de liquidez**

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos e o reembolso de dívida.

A gerência/departamento financeiro debate-se permanentemente com dificuldades de equilíbrio de tesouraria consequência da exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POPH) cujas transferências de verbas sofrem longos e constantes atrasos, contribuindo também para esta situação as fortes contenções do Orçamento Nacional e dos Fundos Públicos (CPN) que durante o ano de 2019, foram cortadas e não compensadas por outras fontes de financiamento.

## Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Não vencido	38.938,11	28.681,00
Vencido:		
0-30 dias	2.038,39	34.467,84
30-90 dias	2.793,79	4.341,90
90-180 dias	2.018,67	58,70
180-360 dias	19,13	
>360 dias		
	<u>45.808,09</u>	<u>67.549,44</u>

## NOTA 13. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ACTIVOS	31/12/2019	31/12/2018
Outros Gastos a Reconhecer	1.306,43	1.915,98
	<u>1.306,43</u>	<u>1.915,98</u>
DIFERIMENTOS PASSIVOS	31/12/2019	31/12/2018
Subsídios Cursos Profissionais	1.182.356,09	2.352.415,36
Subsídios Cursos Vocacionais	0,00	0,00
Subsídios Cursos CEF	0,00	79.465,69
Subsídios EQAVET	10.458,53	0,00
Subsídios Qualifica	184.681,45	280.098,46
Contrato Programa	0,00	40.895,50
	<u>1.377.496,07</u>	<u>2.752.875,01</u>

## NOTA 14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	2.601,00		1.754,37	
Pagamentos especiais por conta		1.195,87		4.361,26
Estimativa de imposto				
IRC - reembolso				
Retenção na fonte				
Retenções de imposto sobre rendimento				
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares		13.979,84		13.281,84
Sobretaxa		0,00		
Imposto sobre o valor acrescentado		85,88		173,69
ADSE		1.678,61		1.595,24
Contribuições para a Segurança Social		20.569,04		20.395,69
Caixa Geral Aposentações		6.574,03		6.415,86

2.601,00

44.083,27

1.754,37

46.223,58

## **NOTA 15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é detalhada conforme se segue:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Serviços Especializados	34.826,09	40.423,51
Publicidade e Propaganda	4.699,58	2.997,54
Vigilância e Segurança	1.224,97	1.715,00
Honorários	96.553,21	87.902,84
Conservação e Reparação	13.920,65	6.633,11
Serviços Bancários	3.516,91	5.004,62
Ferramentas Utensílios Desgaste Rápido	447,52	96,67
Livros e Documentação Técnica	1.794,90	16,01
Material Escritório	6.630,89	7.675,23
Ofertas	341,10	146,68
Material Pedagógico	15.690,81	11.312,19
Material limpeza, higiene e conforto	2.786,05	2.594,39
Material conservação e reparação	2.341,51	1.102,04
Combustíveis	2.623,63	2.071,56
Água	547,50	527,10
Outros fluidos	0,00	0,00
Deslocações e Estadas	128.244,48	118.962,62
Desl. Formados	122.620,10	118.776,92
Aloj. Formandos	2.040,00	0,00
Outras	3.584,38	185,70
Rendas e Alugueres	1.318,91	6.334,69
Despesas Postais	473,04	466,08
Telefone/Internet	8.182,00	6.531,30
Seguros	3.126,42	3.349,36
Viaturas	760,18	725,93
Outros	2.366,24	2.623,43
Contencioso e Notariado	371,25	914,09
Despesas Representação	42,98	143,00
Limpeza, Higiene e Conforto	0,00	0,00
Outros Serviços	212.340,88	214.105,65
Imprensa/Revistas	25,01	0,00
Desp c/ out Activ.	1.875,50	1.125,67
Bolsas	25.011,29	24.886,66
Aliment. Formandos	179.881,85	183.985,10
Out. Desp. c/Formandos	4.516,76	3.117,91

Portagens e Estacionamento	584,64	396,65
Diversos	445,83	593,66
<b>TOTAL FSE</b>	<b>542.045,28</b>	<b>521.025,28</b>

## NOTA 16. GASTOS COM O PESSOAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 detalha-se da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Remunerações dos Órgãos Sociais	41.680,98	55.202,01
Remunerações do Pessoal	580.074,58	561.125,61
Indemnizações	243,39	0,00
Encargos sobre Remunerações	133.479,70	132.554,35
Seguros Acidentes Trabalho	3.996,00	4.000,30
Gastos Acção Social	610,08	765,41
Outros a)	9.350,77	140,00
<b>TOTAL GASTOS PESSOAL</b>	<b>769.435,50</b>	<b>776.711,71</b>

a) O valor 8.666,57€, refere-se a contribuição para a ACSS.

FSE – Trabalhos Especializados inclui 4.920,00€ referentes a serviços do Revisor Oficial de Contas no exercício de 2019.

Nº de trabalhadores ao serviço: 32

## NOTA 17. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES

O detalhe da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é conforme se segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	63.634,71	65.542,80
Activos fixos intangíveis (Nota 7)	720,90	720,90
	<b>64.355,61</b>	<b>66.263,70</b>

## NOTA 18. PROVISÕES/REVERSÕES

O detalhe da rubrica de "Provisões" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é conforme se segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Provisões processos indemnização cessação contratos trabalho (Nota 3)		2.365,62
Reversões processos judiciais		
		<b>2.365,62</b>

## NOTA 19. OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é conforme se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Rendimentos suplementares	19.441,12	13.663,84
Diferenças de câmbio		46,13
Descontos de pronto pagamento		
Recuperação de dívidas a receber		70,00
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis		
Prestação de serviços a subsidiárias e associadas (Nota 5)		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	193,01	167,51
Outros	19.634,13	13.947,48

## NOTA 20. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é conforme se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Impostos e taxas	984,55	1.337,50
Correcções relativas a períodos anteriores	12.761,83	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Donativos	0,00	20,00
Quotizações	1.440,00	1.440,00
Multas fiscais e não fiscais e penalidades contratuais	197,48	342,18
Insuficiência estimativa imposto	177,71	33,41
Outros	68,49	4,99
	<u>15.630,06</u>	<u>3.178,08</u>

## NOTA 21. GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são detalhados conforme se segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	2.797,23	3.644,27
Locações financeiras (Nota 8)		
Outros financiamentos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		1.571,36
Outros gastos de financiamento		
Comissões e encargos similares		
Outros financiamentos		
	<u>2.797,23</u>	<u>5.215,63</u>

## NOTA 22. COBERTURA DE PREJUÍZOS

Não aplicável

### **NOTA 23. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

À data de elaboração das presentes contas anuais, temos conhecimento dos seguintes factos ocorridos após 31 de dezembro de 2019.

1. Está a decorrer o processo para a transmissão onerosa da quota minoritária, pertencente à Dr<sup>a</sup> Paula Dantas, para a sócia maioritária, Câmara Municipal Felgueiras. O processo encontra-se em fase de conclusão.
2. Não existem processos judiciais a decorrer.
3. Pandemia COVID 19 – vive-se uma situação epidemiológica do novo Coronavírus que assolou o nosso país, pelo que todas as escolas de Felgueiras foram encerradas por despacho da Direção Geral da Saúde, a partir do dia 09 de março de 2020 e até 13 de abril, acabando por ser declarado o estado de emergência nacional a 18-03-2020.

Ora, a escola teve de imediato, que se dotar de um conjunto de recursos e operacionalização de metodologias de formação à distância, que permitam dar continuidade aos processos de ensino e aprendizagem. Implementaram-se mudanças/ações de extrema importância e com consequências a curto e médio prazo.

Apesar de todas as incertezas e consequências negativas desta pandemia, não se põe em causa a continuidade da Escola nem o cancelamento das atividades letivas, visto que as instruções da Direção Geral da Educação é para a continuação das mesmas via on-line. Pelo que não se espera redução da rendibilidade, apenas ajustamentos ao orçamento de 2020, na sequência de despesas não executadas, principalmente na rubrica 1 – Despesas com os formandos – alimentação e transportes.

Felgueiras, 19 de março de 2020

O Contabilista Certificado

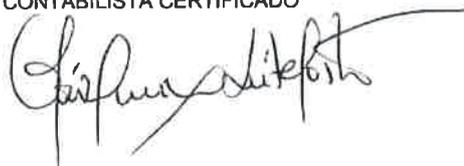
A Gerência

**BALANÇO INDIVIDUAL**  
31 DE DEZEMBRO 2019

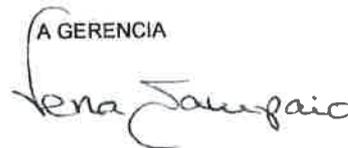
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		dez/19	dez/18
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente:</b>			
Activos fixos tangíveis.....	7	257 395,09	304 049,23
Propriedades de investimento.....			
Goodwill.....			
Activos intangíveis.....	6	1 803,34	2 524,24
Activos biológicos.....			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial.....			
Outros investimentos financeiros.....	8	977,37	553,27
Créditos a receber .....			
Activos por impostos diferidos.....			
		<b>260 175,80</b>	<b>307 126,74</b>
<b>Activo corrente:</b>			
Inventários.....	9	2 187,59	412,40
Activos biológicos.....			
Clientes.....			
Adiantamentos de fornecedores.....		40,76	
Estado e outros entes públicos.....	11	1 405,13	1 754,37
Capital subscrito e não realizado.....			
Outros créditos a receber.....	12	1 750 601,10	2 947 896,68
Diferimentos.....	13	1 306,43	1 915,98
Activos financeiros detidos para negociação.....			
Outros activos financeiros.....			
Activos não correntes detidos para venda.....			
Caixa e depósitos bancários.....	5	6 771,90	9 879,52
		<b>1 762 312,91</b>	<b>2 961 858,95</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>2 022 488,71</b>	<b>3 268 985,69</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERENCIA



**BALANÇO INDIVIDUAL**  
31 DE DEZEMBRO 2019

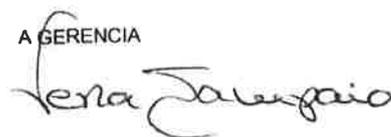
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		dez/19	dez/18
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Capital subscrito.....	1	376 000,00	376 000,00
Acções (quotas) próprias .....			
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Prémios de emissão.....			
Reservas Legais .....		6 057,29	3 715,17
Outras reservas .....			
Resultados transitados.....	3,2,6/10	(203 905,04)	(245 085,02)
Excedentes de revalorização.....			
Ajustamentos/outras variações no capital próprio.....			
		178 152,25	134 630,15
Resultado líquido do período.....		(118 570,71)	46 842,41
Interesses que não controlam.....			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>59 581,54</b>	<b>181 472,56</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Provisões.....	3.2.7		2 365,62
Financiamentos obtidos.....			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....			
Passivos por impostos diferidos.....			
Outras dívidas a pagar.....			
			2 365,62
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores.....	12	45 808,09	67 549,44
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....	11	42 887,40	46 223,58
Financiamentos obtidos.....	12	270 000,00	69 000,00
Outras dívidas a pagar.....	12	226 715,61	149 499,48
Diferimentos.....	13	1 377 496,07	2 752 875,01
Passivos financeiros detidos para negociação.....			
Outros passivos financeiros.....			
Passivos não correntes detidos para venda.....			
		1 962 907,17	3 085 147,51
<b>Total do passivo</b>		<b>1 962 907,17</b>	<b>3 087 513,13</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>2 022 488,71</b>	<b>3 268 985,69</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERENCIA



**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
31 DE DEZEMBRO 2019

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2019	31/12/2018
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados.....			975,00
Subsídios à exploração.....	10	1 264 477,85	1 425 028,32
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos....			
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	9	(7 223,14)	(9 245,35)
Fornecimentos e serviços externos.....	14	(542 045,28)	(521 025,28)
Gastos com o pessoal.....	15	(769 435,50)	(781 453,47)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....	18		(2 365,62)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos.....	17	19 634,13	13 947,48
Outros gastos.....	18	(15 630,06)	(3 178,08)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(50 222,00)</b>	<b>122 683,00</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	16	(64 355,61)	(66 263,70)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(114 577,61)</b>	<b>56 419,30</b>
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....	19	(2 797,23)	(5 215,63)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(117 374,84)</b>	<b>51 203,67</b>
Imposto sobre o rendimento do período.....	11	(1 195,87)	(4 361,26)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(118 570,71)</b>	<b>46 842,41</b>

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
---	--	--	--

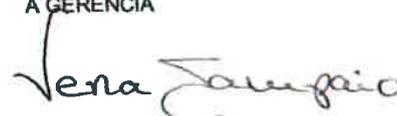
<b>Resultado líquido do período atribuível a: *</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe.....			
Interesses minoritários.....			
Resultado por acção básico.....			

\* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERENCIA



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 31/12/2019

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transítidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
<b>6</b> POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		376 000,00				3 715,17		-245 065,02				46 842,41	181 472,56		181 472,56
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização															
Excedentes de revalorização						2 342,12		44 500,29				-46 842,41	0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos						2 342,12		44 500,29			0,00	-46 842,41	0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
<b>7</b>															
<b>8</b> RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO															
<b>9=7+8</b> RESULTADO INTEGRAL															
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>															
Subscrição de capital															
Subscrições de prémios de emissão								2 638,17					2 638,17		
Distribuições								-5 958,48					-5 958,48		
Entradas para cobertura de perdas								-3 320,31					-3 320,31		
Outras operações															
<b>10</b> POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		376 000,00				6 057,29		-203 905,04			0,00	-118 570,71	59 581,54		59 581,54

O Contabilista Certificado

*[Assinatura]*

A Gerência

*[Assinatura]*

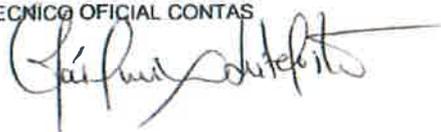
*[Assinatura]*

DEMONSTRAÇÃO FLUXOS CAIXA  
31 DE DEZEMBRO 2019

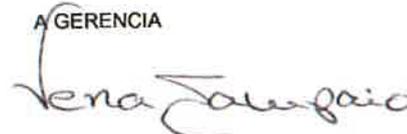
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2019	31/12/2018
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes	+	1 896,66	1 599,25
Pagamentos a fornecedores	-	-387 942,53	-411 556,05
Pagamentos ao pessoal	-	-462 471,35	-481 204,37
Caixa gerada pelas operações	+/-	-848 517,22	-891 161,17
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-5 385,60	-648,54
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	657 555,15	1 240 522,45
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>	<b>(1)</b> +/-	<b>-196 347,67</b>	<b>348 712,74</b>
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	-2 816,55	-135 385,80
Activos intangíveis	-	-1 722,07	
Investimentos financeiros	-	-424,10	-344,77
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		
Activos intangíveis Investimentos financeiros	+		70,00
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>	<b>(2)</b> +/-	<b>-4 962,72</b>	<b>-135 660,57</b>
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	966 500,00	1 023 500,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		101 204,07
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-765 500,00	-1 327 500,00
Juros e gastos similares	-	-2 797,23	-5 215,63
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>	<b>(3)</b>	<b>198 202,77</b>	<b>-208 011,56</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(1)+(2)+(3)</b>	<b>-3 107,62</b>	<b>5 040,61</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	9 879,52	4 838,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	6 771,90	9 879,52

O TECNICO OFICIAL CONTAS



A GERENCIA



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 2019

Classif.	Descrição	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2019			Resultado Exploração 2019	Desvios	
		JAN-AGOST	SET-DEZ	TOTAL em Euros		em Valor	em %
	RENDIMENTOS GERAIS	957.401 €	468.342 €	1.425.943 €	1.284.111 €	141.832,02 €	-9,95%
75	<b>SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO</b>	948.372 €	464.027 €	1.412.399 €	1.264.477 €	147.922,15 €	-10,47%
	POCH - Cursos Profissionais	850.498 €	399.824 €	1.250.321 €	1.154.630 €	95.690,78 €	-8%
	POCH - Cursos Educação e Formação	44.681 €	22.340 €	67.021 €	20.841 €	46.179,83 €	-69%
	POCH -Centro Qualifica	53.194 €	41.863 €	95.057 €	81.104 €	13.952,54 €	-15%
	EQAVET - Qualidade			- €	7.902 €	7.902,00 €	
71	<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	9.029 €	4.515 €	13.544 €	19.634 €	6.090,13 €	45%
	Rendimentos suplementares	9.029 €	4.515 €	13.544 €	19.634 €	6.090,13 €	45%

Classif.	Descrição	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO 2019			Resultado Exploração 2019	Taxa de Execução Anual	DESVIO
		Gastos Previsionais					
		JAN-AGOST	SET-DEZ	TOTAL em Euros			
61	<b>Custo das mercad. vendida e das mat. coas.</b>	6.428 €	3.214 €	9.642 €	7.223,14 €	75%	2.418,86 €
	Mercadorias	6.428 €	3.214 €	9.642 €	7.223,14 €	75%	2.418,86 €
62	<b>Fornecimento e serviços externos</b>	375.872 €	207.055 €	582.925 €	542.045,28 €	93%	40.879,72 €
621	<b>Serviços especializados</b>	112.536 €	56.268 €	168.803 €	154.741,41 €	92%	14.061,59 €
	Trabalhos especializados	14.674 €	7.337 €	22.011 €	34.826,09 €	158%	12.815,09 €
	Publicidade e propaganda	5.331 €	2.665 €	7.996 €	4.699,58 €	59%	3.296,42 €
	Vigilância e segurança	900 €	450 €	1.350 €	1.224,97 €	91%	125,03 €
	Honorários	78.076 €	39.038 €	117.114 €	96.553,21 €	82%	20.560,79 €
	Conservação e reparação	7.534 €	3.767 €	11.301 €	13.920,65 €	123%	2.619,65 €
	Serviços bancários	6.021 €	3.010 €	9.031 €	3.516,91 €	39%	5.514,09 €
623	<b>Ferramentas utens. desg. rápido</b>	44 €	22 €	66 €	30.032,78 €	97%	629,22 €
	Ferramentas utens. desg. rápido	44 €	22 €	66 €	447,52 €	678%	381,52 €
	Material escritório	4.843 €	2.422 €	7.265 €	6.630,89 €	91%	634,11 €
	Material pedagógico	11.755 €	7.837 €	19.592 €	17.826,81 €	91%	1.765,19 €
	Material Limpeza Higiene e conforto	1.977 €	989 €	2.966 €	2.786,05 €	94%	179,95 €
	Material Conservação e Reparação	649 €	324 €	973 €	2.341,51 €	241%	1.368,51 €
624	<b>Energia e fluidos</b>	2.011 €	1.005 €	3.016 €	3.171,13 €	105%	156,13 €
	Combustíveis	1.607 €	803 €	2.410 €	2.623,63 €	109%	213,63 €
	Dutros fluidos	404 €	202 €	606 €	547,50 €	90%	58,50 €
625	<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	87.217 €	43.689 €	130.906 €	128.244,48 €	98%	2.661,52 €
	Deslocações - formandos	86.809 €	43.405 €	130.214 €	124.660,10 €	96%	5.553,90 €
	Deslocações, estadas e portagens	408 €	204 €	612 €	3.584,38 €	586%	2.972,38 €
626	<b>Outros diversos</b>	154.940 €	94.579 €	249.519 €	225.855,48 €	91%	23.663,52 €
	Rendas e alugueres	4.310 €	2.155 €	6.465 €	1.318,91 €	20%	5.145,59 €
	Comunicação	4.854 €	2.427 €	7.281 €	8.655,04 €	119%	1.374,54 €
	Seguros	2.655 €	1.327 €	3.982 €	3.126,42 €	79%	855,58 €
	Contencioso e Notariado	896 €	449 €	1.345 €	371,25 €	28%	973,75 €
	Despesas de representação	143 €	72 €	215 €	42,98 €	20%	172,02 €
	Serviços Diversos com Formandos	143.982 €	88.349 €	232.331 €	212.340,88 €	92%	17.990,12 €
	Despesas c/outras atividades	1.126 €	563 €	1.689 €	1.900,51 €	113%	211,51 €
	Bolsa de Material de Estudo - Formandos	0 €	15.639 €	15.639 €	12.625,75 €	81%	3.013,25 €
	Bolsa Profissionalização - Formandos	9.110 €	6.073 €	15.183 €	12.385,54 €	82%	2.797,46 €
	Alimentação - Formandos	127.680 €	63.841 €	191.521 €	179.881,85 €	94%	11.639,15 €
	Outras despesas com formandos	3.206 €	1.603 €	4.809 €	4.516,76 €	94%	292,24 €
	Dutros diversos	860 €	430 €	1.290 €	1.030,47 €	80%	259,53 €
63	<b>GASTOS COM O PESSOAL</b>	518.097 €	259.048 €	777.145 €	769.435,50 €	99%	7.709,50 €
	Remunerações e gastos gerais	419.115 €	209.557 €	628.672 €	623.293,23 €	99%	5.378,77 €
	Encargos sobre remunerações	95.698 €	47.849 €	143.547 €	142.146,27 €	99%	1.400,73 €
	Seguros de acidentes no trabalho e doença	3.284 €	1.642 €	4.926 €	3.996,00 €	81%	930,00 €
64	<b>GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO</b>	26.024 €	13.012 €	39.036 €	64.355,61 €	165%	25.319,61 €
	Ativos fixos tangíveis e intangíveis	26.024 €	13.012 €	39.036 €	64.355,61 €	165%	25.319,61 €
68	<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	2.087 €	2.245 €	4.332 €	15.630,06 €	361%	11.298,06 €
69	<b>GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO</b>	6.225 €	3.081 €	9.306 €	2.797,23 €	30%	6.508,77 €



**RSM & Associados - Sroc, Lda**

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)  
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt  
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto  
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

À Gerência e aos sócios da

**E.P.F. – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M.**

**Assunto: Relatório sobre a fiscalização efetuada**

Porto, 3 de abril de 2020

1. Procedemos à revisão legal da Empresa e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem de Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame, emitimos a respetiva certificação legal das contas nesta data.
2. De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:
  - 2.1. Acompanhamento da gestão da Entidade, através da participação em reuniões havidas com a Gerência e outros responsáveis e da leitura de atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
  - 2.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e que se encontram divulgadas no anexo.
  - 2.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
  - 2.4. Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
    - a) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Empresa; nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
    - b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Entidade;
    - c) Solicitação direta a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;

**THE POWER OF BEING UNDERSTOOD**  
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)  
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt  
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto  
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt  
www.rsmpt.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 25º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, acompanhamos a atividade da EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M., durante o exercício de dois mil e dezanove, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Gerência e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Em 26 de outubro de 2018 e em 22 de outubro de 2019 foram por nós subscritos, respetivamente, o competente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional bem como o parecer prévio sobre o contrato programa a celebrar entre a Entidade e o Município de Felgueiras, para o exercício de 2019. Os referidos pareceres são aqui dados por reproduzidos.

O contrato programa previsto para o exercício de 2019, no montante de 209.576,72 euros, entre a Entidade e o Município de Felgueiras, não chegou a ser celebrado. Consequentemente, não foi atribuída à Entidade a verba aí prevista. Nestes termos, as contas não expressam o rédito da comparticipação nacional relativa aos projetos do POCH.

Neste enquadramento, registou a Entidade um resultado líquido do período negativo em 118.571 euros.

De acordo com o artigo 40º, n.º 2 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, deverão os detentores de capital realizar uma transferência financeira, na proporção da respetiva participação, com vista a equilibrar os resultados negativos verificados nos exercícios de 2013, 2014 e 2019, nos montantes de 147.194 euros, 14.396 euros e 118.571 euros, respetivamente.

O balanço reportado à data de 31 de dezembro de 2019 apresenta capital próprio no montante de 59.582 euros, valor inferior a metade do capital social, para o qual contribuiu o resultado líquido do período de 2019, negativo em 118.571 euros. Nestas circunstâncias, atente-se ao disposto no artigo 171º, bem como ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), que prevê deverem os sócios tomar as medidas julgadas convenientes, nomeadamente as previstas no n.º 3 do referido artigo.

Em 6 de dezembro de 2019, a Entidade procedeu a uma adenda ao contrato de empréstimo que havia celebrado em 2014 com a Caixa Geral de Depósitos, alterando o montante do empréstimo inicialmente contratado de 250.000 euros, tendo agora a "possibilidade de desmarginação até 325.000 euros". O valor utilizado a 31 de dezembro de 2019 ascendeu apenas a 270.000 euros. Registe-se que, conforme refere o artigo 25º, n.º 6, alínea a), da Lei 50/2012, de 31 de agosto, deveria ter sido solicitado ao fiscal único a emissão de parecer prévio relativamente ao financiamento e à assunção de quaisquer obrigações financeiras.

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º, em conjugação com o artigo 67.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, damos nota que foi cumprida, pela Entidade, a exigência estabelecida no n.º 1 desse mesmo artigo em relação ao relatório de boas práticas de governo societário.

Apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício com os quais concordamos e emitimos a correspondente certificação legal das contas que inclui uma ênfase e o relatório sobre a fiscalização efetuada, documentos que aqui se dão por reproduzidos.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD  
AUDIT | TAX | CONSULTING





Tudo considerado, somos de parecer que Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2019, apresentados pela Gerência;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentada pela Gerência;
- c) Proceda à apreciação geral da gestão e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 3 de abril de 2020

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC nº622)  
registado na CMVM com o nº 20160268



**RSM & Associados - Sroc, Lda**

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa(Sede)  
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt  
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto  
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt  
www.rsmpt.pt

À Gerência e aos sócios da

**E.P.F. – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M.**

**Assunto: Relatório sobre a fiscalização efetuada**

Porto, 3 de abril de 2020

1. Procedemos à revisão legal da Empresa e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem de Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame, emitimos a respetiva certificação legal das contas nesta data.
2. De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:
  - 2.1. Acompanhamento da gestão da Entidade, através da participação em reuniões havidas com a Gerência e outros responsáveis e da leitura de atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
  - 2.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e que se encontram divulgadas no anexo.
  - 2.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
  - 2.4. Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
    - a) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Empresa; nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
    - b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Entidade;
    - c) Solicitação direta a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;

**THE POWER OF BEING UNDERSTOOD**  
**AUDIT | TAX | CONSULTING**

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21

NIF 501612381 Capital Social 144 000€

Inscrição na Lista de Auditores da CMVM sob o n.º 20151380

- d) Análise das situações justificativas do reconhecimento quer de perdas por imparidade em ativos quer de provisões;
  - e) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social e à Caixa Geral de Aposentações;
  - f) Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
  - g) Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas;
  - h) Apreciação da política de seguros de investimentos detidos, incluindo a atualização dos capitais seguros;
  - i) Verificação das principais variações patrimoniais (positivas e negativas) ocorridas no exercício quanto à sua natureza e conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis.
3. Solicitámos à Gerência a Declaração do Órgão de Gestão a que se refere o parágrafo 20 das Normas Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
4. Emitimos a certificação legal das contas que aqui se dá por integralmente reproduzida.
5. Em consequência do exame efetuado, entendemos dever relatar o seguinte:
- 5.1. Tal como refere o relatório de gestão e o anexo, o financiamento dos cursos no âmbito do POCH, são assegurados em 85% pelo Fundo Social Europeu e 15% pela comparticipação pública nacional. Esta última componente vinha sendo atribuída à EPF pela Segurança Social e passou a ser da responsabilidade dos detentores de capital da Entidade.
- Para o exercício de 2019, o "Plano Anual de Atividades e Orçamento 2019", aprovado em Assembleia geral de 26 de outubro de 2018, referia que teriam de ser os sócios da Entidade a garantirem a comparticipação pública nacional (15%), através da celebração de contrato programa entre a Entidade e o Município acionista, no montante de 209.576,72 euros. Foi-nos solicitada a emissão do respetivo parecer prévio sobre a celebração desse contrato programa em outubro de 2019.
- Verificámos que o referido contrato não chegou a ser celebrado com o Município de Felgueiras. Consequentemente, não foram transferidos os montantes previstos no orçamento aprovado. Nestes termos, a Entidade não registou qualquer rédito relativo à comparticipação nacional, o que contribuiu para o resultado líquido do período negativo em 118.571 euros.
- O n.º 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, obriga à realização de uma transferência financeira, a cargo dos sócios, na proporção das respetivas participações sociais, com vista a equilibrar os resultados do exercício.
- 5.2. A Entidade, neste exercício, recebeu do acionista "Município de Felgueiras" o montante de 101.204,07 euros, respeitantes ao equilíbrio das contas do exercício de 2017, dando cumprimento ao n.º 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.
- 5.3. Por carta de 12 de março de 2015, dirigida ao Município, demos nota que as contas dos exercícios de 2013 e 2014, apresentaram resultados líquidos negativos, antes de impostos, de 147.194 euros e 14.396 euros, respetivamente, o que, como vimos, nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei 50/2012, obriga à realização de uma transferência financeira, a cargo dos sócios, na proporção das respetivas participações sociais, com vista a equilibrar os resultados dos exercícios em causa, o que, ainda, não se realizou.



- 5.4. Em 6 de dezembro de 2019, a Entidade procedeu a uma adenda ao contrato de empréstimo que havia celebrado em 2014 com a Caixa Geral de Depósitos, alterando o montante do empréstimo inicialmente contratado de 250.000 euros, tendo agora a "possibilidade de desmarginação até 325.000 euros". Registe-se que, conforme refere o artigo 25º, n.º 6, alínea a), da Lei 50/2012, de 31 de agosto, deveria ter sido solicitado ao fiscal único a emissão de parecer prévio relativamente ao financiamento e à assunção de quaisquer obrigações financeiras.
- 5.5. O balanço reportado à data de 31 de dezembro de 2019 apresenta capital próprio no montante de 59.581 euros, valor inferior a metade do capital social, para o qual contribuiu o resultado líquido do período de 2019, negativo em 118.571 euros. Nestas circunstâncias, atente-se ao disposto no artigo 171º, bem como ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), que prevê deverem os sócios tomar as medidas julgadas convenientes, nomeadamente as previstas no n.º 3 do referido artigo. Em relação a este assunto, damos nota do que se refere nos pontos 5.1 e 5.3 acima.
- 5.6. Procedemos à circularização a "Raposo, Sá Miranda & Associados, Sociedade de Advogados, SP. RL". A resposta obtida, datada de 10 de fevereiro de 2020, refere a inexistência de ações judiciais em curso.
- 5.7. Conforme descrito no ponto III do relatório de gestão e na nota 23 do anexo às demonstrações financeiras, a pandemia associada ao COVID – 19 tem por consequência um quadro de incertezas e consequências negativas. De acordo com a convicção da Direção, não está em causa a continuidade das atividades da entidade. Será necessário dotar a Escola de um conjunto de recursos e operacionalização de metodologias de formação à distância, pelo que serão efetuados ajustamentos ao orçamento de 2020.
6. Cumpre-nos informar que apreciamos o relatório de gestão, o qual satisfaz os requisitos legais.
7. Desejamos agradecer à Gerência e a todo o pessoal da Empresa a boa colaboração que nos prestaram.

Com os nossos melhores cumprimentos,

De V. Exas.  
Atentamente

  
RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC n.º622)  
registado na CMVM com o n.º 20160268

RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2.022.489 euros e um total de capital próprio de 59.582 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 118.571 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Conforme descrito no ponto III do relatório de gestão e na nota 23 do anexo às demonstrações financeiras, a pandemia provocada pelo COVID – 19 terá impactos negativos sobre as demonstrações financeiras da Entidade em 2020, face à suspensão das actividades letivas, não letivas e formativas presenciais dos alunos nos estabelecimentos de ensino, não sendo, neste momento, possível determinar os seus efeitos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD  
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21

NIP 501 612 181 Capital Social 144 000€

Inscrição na Lista de Auditores da CMVM sob o n.º 20161330



### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 25.º, n.º 6, al. j) da Lei 50/2012, de 31 de agosto, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 3 de abril de 2020



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (ROC n.º 622)  
registado na CMVM com o n.º 20160268



Escola Profissional  
de Felgueiras



"Há 29 anos a formar profissionais"

---

Relatório  
de  
Governo  
Societário

2019

---

**EPF - ENSINO  
PROFISSIONAL DE  
FELGUEIRAS, E.M.**

15-05-2020 10:22:11 E.F. 1878 00000



## Índice

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
1.1	ENQUADRAMENTO.....	4
1.2	SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
<b>2</b>	<b>CULTURA, VISÃO, MISSÃO, ESTRATÉGIA E POLÍTICAS</b> .....	<b>6</b>
2.1	MISSÃO:.....	6
2.2	VISÃO:.....	7
2.3	CULTURA:.....	7
2.4	VALORES:.....	7
2.5	ESTRATÉGIA:.....	8
2.6	CERTIFICAÇÃO:.....	8
2.7	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO.....	8
2.8	OUTRAS FORMAS DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL OU PEDAGÓGICA, PREPARATÓRIAS OU COMPLEMENTARES DA ATIVIDADE FORMATIVA OU FACILITADORAS DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL:.....	11
2.9	SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE, ALINHADO COM O QUADRO EQAVET:.....	11
2.10	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:.....	11
<b>3</b>	<b>ESTRUTURA DE CAPITAL</b> .....	<b>12</b>
3.1	Participações Sociais e Obrigações detidas.....	12
<b>4</b>	<b>ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES</b> .....	<b>13</b>
4.1	ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.....	13
4.1.1	Assembleia Geral	13
4.1.2	Gerência	14
4.1.3	Fiscal Único	15
<b>5</b>	<b>REGULAMENTOS E CÓDIGOS</b> .....	<b>16</b>
5.1	REGULAMENTO INTERNO.....	16
5.2	CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA:.....	17
<b>6</b>	<b>DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO E SÍTIO NA INTERNET</b> .....	<b>17</b>
6.1	TRANSPARÊNCIA:.....	17
6.2	PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO:.....	18
6.3	RESPONSABILIDADE SOCIAL:.....	18
6.4	POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE:.....	19
<b>7</b>	<b>ORGANIZAÇÃO INTERNA</b> .....	<b>19</b>
7.1	CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO.....	19
7.2	RISCO DE CRÉDITO.....	20
7.3	RISCO DE LIQUIDEZ.....	20



<b>8</b>	<b>VIII. REMUNERAÇÕES .....</b>	<b>21</b>
8.1	COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO .....	21
8.2	REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO .....	21
<b>9</b>	<b>TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS .....</b>	<b>21</b>
<b>10</b>	<b>AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO.....</b>	<b>22</b>
<b>11</b>	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES: .....</b>	<b>23</b>
<b>12</b>	<b>ANEXOS DO RGS .....</b>	<b>23</b>



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 ENQUADRAMENTO

A empresa municipal, entidade proprietária da escola, EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, EM., doravante designada por EPF ou sociedade, pessoa coletiva nº 504575848, com sede na rua dos Bombeiros Voluntários de Felgueiras, nº 104, 4610-165 Felgueiras, de âmbito municipal que tem por objeto social a atividade de:

### a) Ensino e Formação Profissional

A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares, nomeadamente atividades ou eventos, quer em parceria, quer de modo próprio, que estejam ligados aos cursos que ministra ou que de maneira direta ou indireta responda às necessidades dos stakeholders.

As empresas locais regem-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, constante da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e integram-se no sector público empresarial, cujos princípios e regras aplicáveis constam do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Para efeitos do disposto no diploma, o sector público empresarial abrange o sector empresarial do Estado e o sector empresarial local e nele se fixam normas relativas às estruturas de governo societário, com destaque para o modelo de governo assumido, que deverá assegurar a efetiva separação entre as funções de administração executiva e de fiscalização.

Tem hoje, por isso, fonte legal a definição dos princípios e regras aplicáveis à constituição, organização e governo das empresas públicas, os princípios e regras aplicáveis ao exercício dos poderes inerentes à titularidade de participações sociais ou a quaisquer participações em organizações que integrem o setor público empresarial ou que a ele estejam submetidas nos termos da lei, assim como os princípios e regras aplicáveis à monitorização e ao controlo a que estão submetidas as empresas públicas.

No âmbito da disciplina que se impõe agora a todas as empresas públicas exige-se a prestação de informações tidas por essenciais para a garantia de um conhecimento adequado das práticas de bom governo adotadas independentemente do respetivo modelo societário ou da área de negócio ou campo de atuação.

Paralelamente, o regime jurídico das empresas locais impõe especiais deveres de informação aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, indicados no artigo 42.º da referida Lei 50/2012, a que a empresa dá pleno cumprimento, sendo as relações entre a sociedade e os acionistas regulados por contratos-programa.

## 1.2 SUMÁRIO EXECUTIVO

O Governo da sociedade EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. (daqui em diante abreviadamente designada por “EPF ou “Sociedade”) apresenta, de seguida, ao seu Acionista, clientes, fornecedores e demais stakeholders e à sociedade em geral, o Relatório de Governo da Sociedade (“Relatório”). O modelo de Relatório é o que consta do Regulamento do Ministério das Finanças – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

Ao longo do exercício de 2019, a EPF deu início ao processo de adaptação da sua estrutura ao cumprimento do Código de Governo das Sociedades (RJSPE – Práticas de bom governo). O seu modelo de gestão está alinhado com tal Código, pelo que a EPF muito se apraz por cumprir tal nível de observância das recomendações dele constantes.

A EPF continuará a prosseguir a sua estratégia, assente numa gestão rigorosa e transparente, para continuar a ser merecedora da confiança que, até hoje, o seu acionista, demais stakeholders e o público em geral, lhe têm dado e com a qual muito se congratula.

**Destacando-se a informação seguinte:**

- a. Apresentou o plano de atividades e orçamento para 2019 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, obtendo a aprovação do



mesmo pela Entidade Proprietária. Divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios semestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, e remunerações.

b. Submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa.

c. Tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, com o POCH e outros agentes económicos.

d. Prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental.

e. Evidenciou a independência de todos os membros do órgão de administração

que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

f. Evidenciou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de declararem as participações patrimoniais e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF.

g. Apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)

## **2 CULTURA, VISÃO, MISSÃO, ESTRATÉGIA E POLÍTICAS**

### **2.1 MISSÃO:**

A EPF tem como missão formar jovens preparados para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança, proporcionando-lhes as condições necessárias ao desenvolvimento de sólidas competências técnicas e sociais.



## 2.2 VISÃO:

A EPF tem como visão ser uma escola de ensino profissional de referência na região e no país, reconhecida pela qualidade do seu ensino, pela competência e

o desempenho dos profissionais que forma e pelo seu contributo para o desenvolvimento do tecido empresarial e da sociedade.

## 2.3 CULTURA:

Preparar para o mercado de trabalho, mas também para a vida, continua a ser o propósito fundamental e a missão da Escola Profissional de Felgueiras. Assente numa preocupação e dinâmica de formação Integral da Pessoa Humana e atenta ao mundo à sua volta e aos problemas que esse mundo poderá colocar, a EPF tem uma cultura de exigência em relação ao desempenho de todos os colaboradores e partes interessadas, no rigor no desenvolvimento da sua atividade, no respeito pelas normas inerentes ao sistema de garantia da qualidade, no respeito pelos direitos do homem, na defesa do ambiente e do património natural e construído.

## 2.4 VALORES:

- Responsabilidade pessoal e profissional;
- Respeito pelo outro;
- Inclusão e valorização da diferença;
- Solidariedade;
- Autonomia;
- Inovação;
- Criatividade;
- Rigor;
- Competência;
- Confiança;
- Qualidade.





## 2.5 ESTRATÉGIA:

A estratégia da EPF vai no sentido de:

- a) Garantir um plano de comunicação do projeto educativo;
- b) Reforçar iniciativas no sentido de dotar a escola de melhores instalações, equipamentos e materiais didáticos;
- c) Assegurar uma equipa de docentes e não docentes identificados com a missão e visão da escola;
- d) Captar formandos que revelem interesse vocacional para as áreas de formação;
- e) Promover aprendizagens de acordo com os avanços tecnológicos e conhecimentos científicos mais avançados;
- f) Reforçar as relações de parceria com o tecido económico e social ao nível nacional e transnacional;
- g) Intensificar ações para aumentar a taxa de empregabilidade e prosseguimento de estudos.

## 2.6 CERTIFICAÇÃO:

A Escola Profissional de Felgueiras tem a autorização de funcionamento n.º 38, emitida pelo Ministério da Educação em 31/08/1999, com os aditamentos inerentes ao aumento da oferta formativa.

## 2.7 DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

Tendo em conta que a organização da formação implica atuar nos diferentes domínios que estruturam a atividade da Escola, identificam-se e desenvolvem-se os objetivos específicos que lhes estão subjacentes:

- a. Estudo e Diagnóstico de Necessidades de Formação:
  - i. Identificar as características do tecido produtivo do território alvo e as respetivas dinâmicas sociais;
  - ii. Identificar as necessidades de formação face às necessidades do mercado de trabalho;
  - iii. Auscultar os parceiros sociais sobre necessidades de formação.



15-05-2020 2 2020.1.1.1878 00003

- b. **Planeamento e Organização de Atividades Educativas e Formativas:**
- i. Definir a cronologia global de realização das intervenções;
  - ii. Planear intervenções formativas;
  - iii. Fixar os objetivos a atingir em termos qualitativos e quantitativos em interligação com o tecido económico e social;
  - iv. Definir a preparação científica, técnica e pedagógica dos agentes a envolver nas intervenções;
  - v. Estimar os meios necessários, designadamente, equipamentos, recursos humanos e pedagógicos;
  - vi. Identificar os objetivos gerais e específicos de cada intervenção;
  - vii. Definir os programas, os respetivos conteúdos e a duração das intervenções, tendo em atenção a sua adequação ao público-alvo;
  - viii. Assegurar recursos tecnológicos que permitam aprendizagens partilhadas em espaços geograficamente distintos;
  - ix. Assegurar a documentação promocional das intervenções e a sua divulgação, de forma adequada ao público-alvo;
  - x. Proporcionar meios complementares de consulta e pesquisa de informação;
  - xi. Assegurar espaços bem dimensionados, respeitando as regras de higiene, saúde e segurança no desenvolvimento das intervenções;
  - xii. Assegurar as medidas de autoproteção e segurança;
  - xiii. Garantir o cumprimento legal no âmbito da proteção dos dados pessoais (Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD).
- c. **Conceção de Programas, Instrumentos e Suportes Formativos:**
- i. Identificar os objetivos gerais e específicos de cada intervenção, atendendo às necessidades das empresas;
  - ii. Definir programas, respetivos conteúdos e duração das intervenções, tendo em atenção a sua adequação ao público-alvo e às necessidades das empresas;
  - iii. Definir as distintas fases de progressão e integração cultural e socioprofissional a superar pelos destinatários da formação;
  - iv. Conceber ou identificar metodologias pedagógicas, instrumentos e conteúdos de formação facilitadores da aprendizagem.
- d. **Desenvolvimento e Execução de Atividades Educativas e Formativas:**
- i. Assegurar o desenvolvimento/execução das atividades educativas e formativas;
- 



- ii. Operacionalizar as metodologias pedagógicas, os instrumentos facilitadores da aprendizagem;
  - iii. Assegurar a preparação técnica e pedagógica dos agentes envolvidos, designadamente, docentes, técnicos, coordenadores, diretores;
  - iv. Assegurar a preparação sociocultural dos docentes, quando em presença de segmentos-alvo ou populações com características específicas;
  - v. Assegurar a realização de atividades extracurriculares, de apoio aos formandos;
  - vi. Promover o encaminhamento dos formandos para percursos de qualificação;
  - vii. Assegurar atividades complementares de incentivo ao reconhecimento dos formandos;
  - viii. Assegurar que os conhecimentos, competências e atitudes se traduzam em resultados de aprendizagem.
- e. Acompanhamento e Avaliação de Atividades Formativas:
- i. Analisar a conformidade dos resultados da formação face aos objetivos fixados, nomeadamente ao nível da adesão dos formandos e da aquisição de conhecimentos, competências e atitudes, traduzidos em resultados das aprendizagens;
  - ii. Identificar os impactos mediatos da formação no desempenho dos formandos, na dinâmica das equipas de trabalho, nos resultados e na cultura da organização;
  - iii. Identificar os resultados e os impactos da formação na inserção socioprofissional dos formandos, designadamente aos níveis da evolução das qualificações, da empregabilidade e da integração social.

## **2.8 OUTRAS FORMAS DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL OU PEDAGÓGICA, PREPARATÓRIAS OU COMPLEMENTARES DA ATIVIDADE FORMATIVA OU FACILITADORAS DO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL:**

- i. Desenvolver ações/atividades de sensibilização, informação/orientação e/ou preparação dos grupos alvo, enquanto processos facilitadores do despiste de interesses e vocações, da adesão do público-alvo às intervenções formativas e da sua posterior eficácia;
- ii. Desenvolver formas específicas de acompanhamento e apoio (psicossocial e logístico) no decurso e na sequência das intervenções formativas;
- iii. Desenvolver intervenções assentes em metodologias e formas de organização promotoras de integração e readaptação socioprofissional.

## **2.9 SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE, ALINHADO COM O QUADRO EQAVET:**

- i. Garantir a implementação do Sistema de Garantia da Qualidade - EQAVET;
- ii. Promover a manutenção dos processos do Sistema de Garantia da Qualidade;
- iii. Promover a melhoria continua dos indicadores;
- iv. Assegurar o compromisso e responsabilização de todos os colaboradores com o Sistema de Garantia da Qualidade.

## **2.10 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:**

Assegurar as relações da escola com:

- i. Os organismos do estado;
- ii. Outros operadores de formação nacionais e transnacionais;
- iii. As associações representativas dos setores de atividade a nível nacional e transnacional.



### 3 ESTRUTURA DE CAPITAL

#### 3.1 Participações Sociais e Obrigações detidas

A EPF, em virtude da influência do acionista que, nos termos do disposto no artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sobre ela exerce o Município de Felgueiras, é uma empresa local, com carácter municipal.

Sócios	Pais de localização da Sede	Participação direta no capital	Participação direta no capital	Participação direitos de voto %
Município de Felgueiras	Felgueiras	99%	372.240,00 Euros	99%
Paula Cristina Moreira Marques Dantas	Felgueiras	1%	3.760,00 Euros	1%
Total		100%		100%

A estrutura do capital em 2019 ascende a 376.000,00€ repartido da seguinte forma:

Em linha com o determinado no n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, cabe ao dito Município o exercício da função acionista na empresa que se processa por via de deliberação em assembleia geral, regularmente convocadas.

A AG da sociedade reuniu no dia 04 de abril de 2019, de modo a deliberar sobre os seguintes assuntos: Relatório de Gestão, as Contas e o Balanço do exercício de 2018; Proposta de aplicação de resultados;

Reuniu ainda a AG da sociedade no dia 22 de Outubro de 2019, tendo deliberado sobre os seguintes assuntos: Definição das Orientações Anuais para a empresa de 2020; Proposta do Plano de Atividades da empresa para 2020; Proposta do Orçamento da empresa para 2020; Proposta de Contrato-Programa para 2020 a celebrar pelo município acionista.

A documentação foi previamente disponibilizada e tomada pública através da disponibilização no site da sociedade.



Está a decorrer o processo relativo à transmissão onerosa da quota minoritária, pertencente à Sr<sup>a</sup> Paula Cristina Moreira Marques Dantes, para a sócia maioritária, Câmara Municipal de Felgueiras. O processo encontra-se em fase de conclusão.

### **Ações próprias**

a Sociedade não detém quaisquer ações próprias em carteira, por referência a 31 de dezembro de 2019.

## **4 ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES**

### **4.1 ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

#### **ÓRGÃOS**

1.Os órgãos sociais da EFF.EM são a Assembleia Geral, a Gerência e o Fiscal Único.

2.Sem prejuízo do disposto nos Estatutos da sociedade, a natureza e as competências dos órgãos sociais obedecem ao disposto na Lei Comercial.

#### **4.1.1 Assembleia Geral**

A Assembleia Geral é presidida pelo representante do Município de Felgueiras, designado pela Câmara Municipal, que poderá, facultativamente, designar pessoa sócia ou não sócia para servir de secretário.

Compete à Assembleia Geral:

- a.nomear e destituir os membros da Gerência;
- b.apreciar e aprovar em cada ano, os instrumentos de gestão previsional relativos ao ano seguinte, nomeadamente os planos de atividades anuais e plurianuais e o orçamento anual, nos termos da Lei;
- c.apreciar e aprovar em cada ano, o relatório de gestão da Gerência, as contas de exercício, a proposta de aplicação de resultados, o parecer do Fiscal Único e os demais instrumentos de prestação de contas, referentes ao ano anterior, nos termos da Lei;
- d.apreciar, em geral, a administração e fiscalização da empresa;
- e.propor, nos termos da Lei, alterações dos presentes estatutos e aumentos do capital social;
- f.autorizar a aquisição, venda e oneração de bens imóveis;

- g. autorizar a contração de empréstimos a médio e longo prazo;
- h. definir as condições e os termos da cobrança de rendas, e de outras receitas próprias geradas pela exploração dos equipamentos e pela restante atividade da EPF,EM;
- i. estabelecer o estatuto remuneratório dos membros da Gerência, nos termos do nº2 do artigo 30º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto;
- j. pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a empresa;
- k. exercer, dentro dos respetivos limites, os demais poderes que a Lei confere às assembleias gerais das sociedades por quotas.

Os membros da Assembleia Geral não são remunerados.

**Composição da mesa da assembleia geral**

**Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral**

A 31 de Dezembro de 2019, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros:

**Presidente:** Ana Maria Medeiros Peixoto

**Sócia minoritária:** Paula Cristina Moreira Marques Dantas

**Secretária:** Isabel Lopes

b) Exercício do direito de voto.

**4.1.2 Gerência**

A Gerência da sociedade é exercida por um Conselho de Gerência, composto por uma Gerência Singular, cuja estrutura e membros foram definidos e eleitos pela Assembleia Geral.

Os membros da Gerência poderão ser remunerados ou não, conforme o que vier a ser deliberado em Assembleia Geral, nos termos disposto no n.º 3 do artigo 25.º e do artigo 30.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

Para representar a sociedade e para a obrigar e vincular em documentos, atos e contratos de qualquer natureza é exigida a assinatura de:

– do gerente, neste caso de Gerência Singular.

Os atos previstos nas alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 246º do Código das Sociedades Comerciais só podem ser praticados pela Gerência mediante prévia autorização da Assembleia Geral.



#### **4.1.3 Fiscal Único**

A fiscalização da empresa é exercida por um Fiscal Único, que é um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

O Fiscal Único é designado pela Assembleia Municipal de Felgueiras, mediante proposta da Câmara Municipal.

O mandato do Fiscal Único é de quatro anos civis, contando-se por completo o ano civil em que foi nomeado e podendo haver nova designação.

Uma vez terminado o seu mandato, o Fiscal Único deverá manter-se em funções até que tome posse o seu substituto.

Compete ao Fiscal Único:

- a. emitir parecer prévio relativamente ao financiamento e à assunção de quaisquer obrigações financeiras;
- b. emitir parecer prévio sobre a necessidade da avaliação plurianual do equilíbrio de exploração da empresa local e, sendo o caso, proceder ao exame previsional previsto no nº5 do artigo 40º da Lei nº50/2012, de 31 de agosto;
- c. emitir parecer prévio sobre a celebração de contratos-programa previstos nos artigos 47º e 50º da Lei nº50/2012, de 31 de agosto;
- d. fiscalizar a ação da Gerência;
- e. verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- f. participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da empresa;
- g. proceder à verificação dos valores patrimoniais da empresa, bem como dos valores por ela recebidos em garantia, depósito ou a qualquer outro título;
- h. remeter semestralmente à Câmara Municipal de Felgueiras informação sobre a situação económica e financeira da empresa;
- i. pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa, a solicitação da Gerência;
- j. emitir parecer prévio sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório da Gerência e contas de exercício;





k. emitir parecer prévio sobre a contração de empréstimos e a assunção de quaisquer obrigações financeiras;

l. emitir a certificação legal das contas;

m. exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei ou pelos presentes Estatutos.

n.

A Assembleia Municipal de Felgueiras fixa a remuneração do Fiscal Único, tendo em conta as normas legais aplicáveis em matéria de honorários dos revisores oficiais de contas.

O valor relativo aos serviços prestados pela sociedade "RSM & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda." no exercício de 2019, ascendeu a 4.920,00€

No triénio que se iniciou em 2016 e que terminou em 2019, este órgão é composto pelo(s) seguinte(s) elemento(s):

- Carlos de Jesus Pinto de Carvalho

## 5 REGULAMENTOS E CÓDIGOS

### 5.1 REGULAMENTO INTERNO

A Escola Profissional de Felgueiras, criada e em pleno funcionamento desde julho de 1991, é uma instituição de natureza privada, propriedade da sociedade E.P.F. – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., criada em julho de 1999, que tem como sócia maioritária a Câmara Municipal de Felgueiras. Prossegue fins de interesse público e desenvolve as suas atividades culturais, científicas, tecnológicas e pedagógicas de forma autónoma e sem limitações, para além das decorrentes da lei, possuindo autorização de funcionamento para ministrar diferentes modalidades de formação.

Nesta conformidade, e nos termos do preceituado Decreto-Lei n.º 92/2014 de 20 de junho e pelos artigos 49.º, 50.º e 51.º, Decreto-Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, e demais legislação aplicável, designadamente o Regulamento Geral Proteção de Dados (RGPD) e as Medidas de Autoproteção e Segurança, elaborou e cumpre o seu Regulamento Interno,



15-11-2020 15:20:11 F. G. 1878 00007



que depois de analisado e discutido nas instâncias dos alunos, professores e de aprovado pela Direção, rege a Escola Profissional de Felgueiras.

O referido regulamento interno e as regras aí definidas assegurem o cumprimento das metas e objetivos do projeto educativo, a integração social, o pleno desenvolvimento físico, intelectual e cívico dos alunos, a preservação da segurança destes e do património da escola e dos restantes membros da comunidade educativa, assim como a realização profissional e pessoal de todos os colaboradores (pessoal docente e não docente).

## **5.2 CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA:**

Não existe formalmente um Código de Ética e de Conduta, não obstante, o Conselho de Gerência da EPF, considera que tratou com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa e todas as entidades que estabeleceram alguma relação jurídica com a empresa.

## **6 DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO E SÍTIO NA INTERNET**

A sociedade tem disponível no seu site em [www.epfelgueiras.pt](http://www.epfelgueiras.pt), nomeadamente a seguinte informação:

- Composição da estrutura acionista;
- Os relatórios de gestão e execução orçamental;
- Os planos de atividade e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo as os planos de investimento e as fontes de financiamento;
- Orçamento anual e plurianual;
- Os documentos anuais de prestação de contas;

### **6.1 TRANSPARÊNCIA:**

Além de cumprir todas as obrigações de divulgação, a EPF procura que cada um dos seus relatórios seja mais claro e de fácil compreensão, permitindo à







- No cuidado em utilizar uma linguagem escrita e visual que dê igual estatuto e visibilidade às mulheres e aos homens nos documentos produzidos, editados e distribuídos;

#### **6.4 POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE:**

A política de recursos humanos da EPF tem por objetivo promover e garantir a adequação permanente da atividade dos seus colaboradores à prossecução dos objetivos estratégicos da empresa. A valorização e desenvolvimento profissional dos seus trabalhadores tem como objetivo o reforço das suas competências.

Os membros do conselho de gerência procuram sempre ouvir e envolver toda a equipa na gestão estratégica da organização e na definição da política de gestão dos recursos humanos visando o fortalecimento da motivação e estimulando o aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.

A sociedade promove uma política de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, e a política de igualdade de tratamento de oportunidades entre os sexos está patente na paridade conseguida na composição dos seus quadros por elementos mistos, de ambos os sexos.

## **7 ORGANIZAÇÃO INTERNA**

### **7.1 CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO**

A gestão de risco, enquanto pedra basilar dos princípios de bom governo da sociedade, é uma área considerada fundamental na EPF, que promove a consciencialização permanente de todos os seus colaboradores, nos diferentes níveis da organização.

A gestão de riscos é, assim, assegurada pela direção da EPF, com base na seguinte metodologia, que inclui várias etapas:

- Numa primeira fase são identificados e priorizados, os riscos internos e externos que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos da entidade



•Controlo interno e gestão de riscos Relatório e Contas 2019 Relatório do Governo da Sociedade.

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

•Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A gerência/departamento financeiro asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria e da gestão do risco de contraparte da empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

## 7.2 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é muito reduzido visto que as receitas advêm quase exclusivamente de Fundos Comunitários e Públicos.

## 7.3 RISCO DE LIQUIDEZ

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e o reembolso de dívida.

A gerência/departamento financeiro debate-se permanentemente com dificuldades de equilíbrio de tesouraria consequência da exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH) cujas transferências de verbas sofrem longos e constantes atrasos, contribuindo também para esta situação as fortes contenções do Orçamento Nacional e dos Fundos Públicos (CPN) que durante o ano de 2019 não foram compensadas por outras fontes de financiamento.



## 8 REMUNERAÇÕES

### 8.1 COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da direção executiva e/ou gerente da empresa.

Remuneração da Direção Executiva	Assembleia Geral
----------------------------------	------------------

### 8.2 REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

A rubrica de "Gastos com o pessoal – Órgãos de Gestão" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 detalha-se da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Remunerações dos Órgãos Sociais	41.680,98	55.202,01

## 9 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

As transações com partes relacionadas, quando existem, e quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade. O órgão de fiscalização da Sociedade tem acesso aos termos da potencial operação a realizar, com um nível rigoroso de detalhe, podendo ainda solicitar todos os esclarecimentos e informações adicionais que considere adequados ou necessários. O seu parecer é, naturalmente, vinculativo. Por outro lado, a Sociedade pauta a sua atuação, em todos os domínios e em especial neste, por critérios de rigor e transparência. A Sociedade tem considerado, por isso, que até à data não se revelou necessária a adoção de uma política formal que estabeleça critérios de materialidade na medida em que as potenciais transações que assumem essa materialidade passam por um apertado escrutínio nos termos definidos pela lei.





## 10 AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

O presente relatório de governo da sociedade apresenta a descrição da estrutura de governo societário vigente na EPF, apresentando ainda as políticas e as práticas cuja adoção, na vigência de tal modelo, se revelam necessárias e adequadas para garantir uma governação alinhada com as melhores práticas nesta matéria. A avaliação apresentada cumpre os deveres de informação exigidos pela Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, assim como pelos artigos 447.º e 448.º do CSC, entre outros.

Este Relatório deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2019.

A gestão integrada e eficaz do Grupo é um desígnio do conselho de gerência da EPF que, estimulando a transparência no relacionamento com terceiros e com o mercado, tem pautado o seu desempenho pela busca permanente da criação de valor, na promoção dos legítimos interesses de todas as partes intervenientes da Sociedade e demais Stakeholders

No final de cada ano são analisados os resultados dos indicadores e compilados esses resultados num relatório de autoavaliação que tem por objetivo auxiliar a definição de objetivos para o ano seguinte.

Caso sejam verificados desvios, é criado, com a participação de todas as partes interessadas, um plano de ações de melhoria, baseado nos resultados dos indicadores. As conclusões decorrentes desse relatório de autoavaliação serão divulgadas no final de cada trimestre e no final de cada ano, de modo a poder recolher sugestões que permitam a melhoria dos resultados obtidos.

O respetivo relatório também estará disponível na escola para consulta das restantes partes interessadas.





## 11 OUTRAS INFORMAÇÕES

Em linha com o que vem sendo dito, e dá nota que das muitas recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades, muitas não lhe são aplicáveis pelas razões supra expostas, e dada a sua natureza jurídica e objeto social.

## 12 ANEXOS DO RGS

*Como anexos ao relatório da empresa deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:*

1. *Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2019.*
2. *Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.*
3. *Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2019.*

Felgueiras, 30 de março 2020

**A Gerência**